



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGANT)

MARIA-CLARA MENDES DE SOUSA

**CORPO, GÊNERO E NOME: EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS DE TERESINA - PI A PARTIR DO USO DO NOME SOCIAL**

TERESINA
2019

MARIA-CLARA MENDES DE SOUSA

**CORPO, GÊNERO E NOME: EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS DE TRAVESTIS
E TRANSEXUAIS DE TERESINA - PI A PARTIR DO USO DO NOME SOCIAL**

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª: Mônica Araújo

TERESINA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S725c Sousa, Maria-Clara Mendes de.
 Corpo, gênero e nome : experiências identitárias de travestis
 e transexuais de Teresina - PI a partir do uso do nome social /
 Maria-Clara Mendes de Sousa. – 2019.
 94 f.

 Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade
 Federal do Piauí, Teresina, 2019.

 “Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Araújo”.

 1. Nome. 2. Nomeação. 3. Nome social. 4. Travesti e
 Transexual. I. Título.

CDD 305.3

MARIA-CLARA MENDES DE SOUSA

**CORPO, GÊNERO E NOME: EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS DE TRAVESTIS
E TRANSEXUAIS DE TERESINA - PI A PARTIR DO USO DO NOME SOCIAL**

Trabalho de qualificação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a futura obtenção do título de mestre em Antropologia.

Aprovado em : _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Mônica Araújo – UFPI/PPGANT
Orientadora/Presidente

Prof. Dr. Carlos Filadelfo – UFPI/PPGANT
Membro Titular

Profª. Dra. Rossana Marinho – UFPI/PPGS
Membro Externo

Prof. Dr. Alejandro Labale – UFPI/PPGANT
Membro Suplente

Dedico este trabalho a todas as travestis e transexuais piauienses que enfrentam e resistem bravamente às diversas violências impostas por uma sociedade transfóbica. Minha eterna admiração. A revolução haverá de ser trans!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Piauí - UFPI por ser e permitir ser um espaço plural.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGANT pelo suporte ao longo desse período do mestrado e ao seu corpo docente, em especial aos professores com quem pude compartilhar suas experiências e conhecimentos em sala de aula.

Agradeço ao Centro de Referência LGBTTT “Raimundo Pereira” pelo acolhimento e pelas lições aí aprendidas.

Agradeço à minha orientadora Mônica Araújo primeiramente pela paciência e segundo por topar junto comigo isso que considero uma verdadeira aventura antropológica.

Agradeço aos professores que aceitaram compor minha banca, contribuindo primorosamente desde a qualificação.

Agradeço a minha turma pela oportunidade de aprender com cada um a sua forma.

Agradeço aos colegas que se tornaram amigos Ricardo, Tailine, Amélia, Pâmela, Thaís. Vocês foram imprescindíveis para que pudesse suportar os momentos pesados dessa aventura. Obrigada por dividirem comigo o fardo com risadas e boas conversas!

Agradeço aos sujeitos dessa pesquisa que entraram na minha vida, assim como agradeço por me deixarem ter entrado nas vidas deles.

Agradeço aos meus pais pelo apoio e incentivo ao longo de toda minha trajetória.

Agradeço a Vida, sem ela nada disso teria sido possível. Agradeço aos seus empurrões que me fizeram caminhar para frente.

“Identidade é tudo que se forma quando não nos dão nada e tudo que sobra quando nos tiram tudo.”

(João Claudio Moreno)

RESUMO

Apresento neste trabalho uma discussão acerca da tríade corpo x gênero x nome nas experiências de travestis e transexuais em Teresina (PI) partir do uso do nome social. A etnografia que aqui se constitui tem como base a Antropologia do Nome e Nomeação, em particular, o trabalho de Gabrielle vom Bruck e Barbara Bodenhorn e fragmenta-se em três cenários diferentes para análise da nome social e da documentação desse nome nas vidas de pessoas travestis e transexuais em Teresina. O primeiro cenário analisado é o Centro de Referência LGBTT “Raimundo Pereira”, aqui apresentado como um espaço de construção de identidades políticas e escolhido por ser o local onde se viabiliza a retirada da Carteira de Identificação do Nome Social. O segundo cenário constitui-se de uma vivência mais próxima de uma travesti “não-documentada” e seu processo para retirada de documentos. Por fim, o terceiro cenário, onde analisa-se o julgamento de um crime supostamente com cunho transfóbico ocorrido na cidade de Teresina e a dicotomia nome civil x nome social aí ressaltada dentro do âmbito jurídico.

Palavras-chaves: Nome. Nomeação. Nome Social. Travesti e Transexual.

ABSTRACT

I present in this paperwork a discussion about the triad body x gender x name among the experiences of travesties and transsexuals people in the city of Teresina (PI) starting from the usage of their social name. This ethnography is based on the Anthropology of Name and Naming, especially the work of Gabrielle vom Bruck and Barbara Bodenhorn, and it breaks up in three different scenarios to analyze the social name and their documents among the lives of travesties and transsexual people in Teresina. The first scenario is the Centro de Referência LGBTT “Raimundo Pereira”, presented here as a space to build political identities and chosen because it’s where the Social Name Identification Document might be achieved by them. The second scenario is a closer experience with a “non-documented” travesty and presents her process of documentation. At last, the third scenario shows an analysis of the trial of a supposed transphobic crime occurred in Teresina and the dichotomy between the usage of civil name x social name there in the juridical field.

Key-words: Name. Naming. Social Name. Travesty and Transsexual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
De onde partimos, para onde fomos – roteiro da construção da dissertação	14
1. ALGUMAS NOTAS TEÓRICAS SOBRE CORPO, GÊNERO E NOME	19
1.1 Sobre CORPO & GÊNERO	19
1.2 Questões de NOME	24
1.2.1 Antropologia do nome e nomeação – o poder do nome	24
1.2.2 Documentando o Nome	29
2. CENÁRIO 1 – O CENTRO DE REFERÊNCIA LGBTT “RAIMUNDO PEREIRA”	32
2.1 O Centro de Referência LGBTT “Raimundo Pereira” – caracterizando o espaço ..	32
2.2 A Carteira do Nome Social Piauiense	34
2.3 O Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais	35
2.4 Os Encontros no Grupo de Convivência	36
2.4.1 Encontro 01 – Hormonioterapia para pessoas Travestis e Transexuais	37
2.4.2 Encontro 02 – População de Travestis e Transexuais em privação de liberdade	39
2.4.3 Encontro 03 – Setembro Amarelo, Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida	41
2.4.4 Encontro 04 – Apresentação do projeto de pesquisa ao Grupo	44
2.4.5 Encontro 05 – Perigos do uso do silicone industrial no corpo humano	50
2.4.6 Encontro 06 – Alteração do Nome no registro civil	52
2.4.7 Encontro 07 – Planejamento de ações para o dia da Visibilidade Trans	56
2.5. Conversando sobre Nomes e a política do Nome Social	57
2.5.1 Maria Laura	57
2.5.2 Joseanne	59
2.5.3 Lícia	61
2.6 O que esse cenário pode nos mostrar	63
3. CENÁRIO 2 : KAROL – “A MULHER COM PÊNIS”	70
3.1 Documentando Karol	73
4. CENÁRIO 3 - Quando a travesti morre, como nomeá-la? O júri popular do assassinato de Makelly	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

Em seu livro “Nossos corpos também mudam”, Leite Jr. (2011) traça, através de uma perspectiva histórica, uma análise da origem e do desenvolvimento dos conceitos de “travesti” e “transexual”. Para o autor, as definições únicas e definitivas sobre corpos e identidades sexuais e seus limites entre masculinidade e feminilidade nunca existiram, variando de acordo com os grupos e os discursos (médicos, religiosos, políticos) mesmo em uma época específica. Nomear não é apenas criar, mas também estabelecer e legitimar relações de poder que criam o que nomeiam (LEITE JR., 2011, p.194).

É na mesma obra referida acima que Leite Jr. apresenta o desenvolvimento dessas categorias aqui no Brasil e onde o autor aponta que,

como o discurso sobre a transexualidade possui uma aura mais ‘higiênica’, forjado nos laboratórios e consultórios da Europa e dos Estados Unidos e ainda pouco disseminado popularmente em suas especificidades teóricas, pode-se afirmar que o termo ‘transexual’ possui um capital linguístico mais valorizado que o termo ‘travesti’, podendo ser mais facilmente convertido em capital social e, desta forma, sendo capaz de abrir ou fechar portas segundo a maneira como a pessoa se auto-identifica ou é identificada” (LEITE JR.,2011, p. 214).

Já o termo “travesti”, aponta o autor, está associado historicamente ao imaginário do desregramento sexual e ao universo da prostituição. Mesmo os grupos políticos e de direitos civis, quando começaram a se organizar dentro da “segunda onda” do movimento brasileiro com foco em identidades sexuais coletivas, tinham suas questões relacionadas à problemática das DST’s / AIDS e a estigmatização ocorrida desse processo.

Entretanto, Leite Jr. analisa que identificar-se como travesti ou transexual é, muitas vezes, uma questão situacional. Dependendo do lugar e situação, tal pessoa se apresentava como uma ou outra das identidades. E às vezes com outras ainda, do tipo “gay” ou “mulher de verdade” (LEITE JR., 2011, p. 24). Desta forma, não apresentaremos neste trabalho quaisquer definições sobre estas categorias que possam torná-las fixadas e limitantes.

São as normas de gênero que se encontram na configuração da nossa compreensão de “humano”. Quanto mais perto do ideal do que é considerado uma “verdadeira” feminilidade ou masculinidade está a performance de uma pessoa, mais ela será vista como humana. Essa humanidade será tanto mais legítima quanto menor for sua não ambiguidade. Assim, não é qualquer performatividade de gênero que será legitimada. As experiências que constituem a travestilidade e a transexualidade têm na transformação do corpo e do gênero um fator que tensiona a ordem binária dos sexos e dos gêneros. O fato de estarem subvertendo uma ordem

tida como “natural” e, por isso, tomada como “normal”, tende a tornar suas vidas uma constante luta política, simbólica, de sobrevivência contra o padrão hegemônico da cisgeneridade.

Ao longo de mais de vinte anos, desde a etnografia de Helio Silva (1993) com as travestis na Lapa, essa luta veio se ampliando e incomodando cada vez mais espaços de poder. Um ativismo trans mais reforçado, seja ele no “meio real” seja no meio virtual, uma maior ocupação de espaços universitários, assim como, a visibilidade em mídias de massa concorreram para a conquista de direitos e/ou reposicionamento de antigas garantias. Uma delas foi o dispositivo do nome social, sancionado em épocas diferentes de acordo com cada município e estado. No Piauí, tornou-se lei em 2009 (Lei Ordinária nº 5.916/2009); em Teresina foi regularizada através do Decreto nº 11.258/2011 e no âmbito federal através do Decreto nº 8.727/2016. Elas asseguram às pessoas travestis e transexuais a identificação das mesmas pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública direta e indireta. Segundo as legislações, nome social é definido como: “aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificados por sua comunidade e em seu meio social”¹.

Essa é uma invenção brasileira apontada por Berenice Bento(2014) como um “tampão” no vácuo de legislações específicas que regulem sobre a identidade de gênero. Seria mais uma tecnologia do “jeitinho brasileiro” de garantir cidadania precária. É aclamada por militantes, porém, também reclamada como placebo por outros militantes já que na prática o documento civil ainda figura como essencial. Há inclusive quem sequer tome nota dessa possibilidade de documentação.

Como aponta Gilberto Velho (1997, p.27), o processo de nomeação figura como um ritual que representa em nossa sociedade ocidental um “compromisso entre a individualização e a inserção em categorias mais amplas”. O nome é a marca da individualidade, sublinha a particularidade. Ele é legitimado na esfera pública pelos documentos que carregamos. No mundo moderno, documentos são objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar que somos quem dizemos ser (PEIRANO, 2011).

Assim sendo, qual a repercussão do uso do nome social na construção de uma identidade trans? Em lei a intenção é garantir espaços menos hostis às pessoas trans, mas, e na prática? O nome social facilita uma visibilidade para que pessoas travestis e transexuais transitem em espaços que não somente as noites do comércio sexual?

¹ **Decreto Nº 57.559, de 22 de Dezembro 2016 do Município de São Paulo** - *Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, conforme específica.*

Este trabalho buscou compreender como o uso de um documento como o nome social repercute na construção de identidades de travestis e transexuais tendo em vista que, o documento possui uma força (ilocucionária) que transforma o indivíduo em cidadão de um determinado Estado Nacional (Peirano, 2011). Além disso, também teve o intuito de discutir aspectos relacionados às categorias corpo x gênero x nome relacionados às experiências identitárias de travestis e transexuais através de suas próprias narrativas.

Para alcançar esses objetivos, lançamos mão de uma etnografia fragmentada, isto é, etnografamos em cenários e recortes diferentes sobre o tema. Tomamos aqui como base as caracterizações de uma etnografia pós-moderna apontadas por Tyler (2016).

Nem parte da busca pelo conhecimento universal, nem instrumento para a supressão/emancipação dos povos, nem apenas mais um modo de discurso equivalente àqueles da ciência e da política, a etnografia é, em vez disso, um discurso superordenado, em relação ao qual todos os outros discursos são relativizados e no qual encontram seu significado e sua justificativa. A superordenação da etnografia é a consequência de sua ‘imperfeição’. (...) ela não produz quaisquer idealizações de forma e performance, quaisquer realidades ficcionais ou ficções reais. (...) a etnografia não *descreve* qualquer conhecimento e não *produz* qualquer ação. Ela transcende, em vez disso, pela *evocação* daquilo que não pode ser conhecido discursivamente ou representado perfeitamente (...) (TYLER, S. 2016, p. 184).

Os três cenários aos quais nos debruçamos nesta etnografia foram construídos de observações e entrevistas realizadas entre 2017 e 2019 em uma instituição vinculada à Secretaria de Assistência Social do Estado – SASC dedicada ao público LGBTTT do Estado do Piauí, chamado Centro de Referência LGBTTT “Raimundo Pereira”; com uma travesti na retirada de seus documentos identificatórios, incluindo o nome social e visitas rotineiras a sua residência; e a observação do julgamento de um crime supostamente com cunho transfóbico. Também foi empreendida uma pesquisa documental com relação a registros de leis, decretos e regulamentações que dispõem acerca do uso do nome social no Piauí e no Brasil, bem como revisão de bibliografia concernente ao tema desta pesquisa.

A investigação se situa no campo da Antropologia Urbana, caracterizada por Gilberto Velho (2009, p.11) como inevitavelmente inter e multidisciplinar. A cidade é um dos palcos e desafios principais para essa busca de compreensão e conhecimento da sociedade moderno-contemporânea. A pesquisa na cidade também significa o estranhamento do familiar, como aponta Gilberto Velho (1997), ou seja, estranhar lugares, olhares, dado que a busca é compreender uma alteridade outra que transita também na mesma cidade, porém vivenciando-a de uma maneira diversa.

De onde partimos, para onde fomos – roteiro da construção da dissertação

Inicialmente eu tinha intenção de pesquisar o *trottoir* (prostituição de calçada) de travestis e transexuais em pontos de prostituição na noite de Teresina, em especial um ponto da zona Leste da cidade. Isso porque, por conta da minha atuação profissional², me chamou atenção o fato de jovens de 14 a 16 anos já transicionando seus corpos com ajuda de outras que passaram por procedimentos semelhantes e que, ao assumirem suas identidades “*transgressoras*”, sofriam uma série de rechaços no âmbito familiar, escolar e social. Encontrando nas ruas, na noite e em particular na prostituição, assim, o acolhimento que lhes faltava no claro do dia.

É o caso de uma das interlocutoras aqui incluídas na pesquisa, com especial relevância no que se tornou a formação de uma nova “região moral”³, a esquina de um cemitério situado na zona leste da cidade de Teresina, zona considerada nobre, faixa residencial e longe da “região moral” – o Centro da cidade – onde se está estabelecido grande parte das travestis e transexuais que se prostituem nas ruas a noite, instituindo um novo ponto de prostituição exclusivo de garotas travestis e transexuais.

Entretanto, a análise dos riscos de uma exposição enquanto uma pesquisadora mulher em tais espaços noturnos dificultou a clareza de uma estratégia em campo mais objetiva. Além disso, ao iniciar o contato com o campo do Centro de Referência LGBTT – Raimundo Pereira e ao me deparar com uma diversidade de outras narrativas, percebi que minha pesquisa poderia reforçar estereótipos de causa-efeito: ser travesti/transsexual = estar no comércio sexual.

Percebi uma variedade de trabalhos onde os pesquisadores daí partiam as suas análises como se o fomento das discussões de gênero, a força e organização de movimentos sociais, bem como, adventos e conquistas de políticas públicas⁴ não tivessem proporcionado qualquer mudança no panorama social que vivemos, em especial nas vidas de travestis e transexuais

² Psicóloga atuando no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, instituição de âmbito municipal vinculada à Política da Assistência Social com atuação em casos de violação de direitos

³ “lugar de reunião das populações ambulantes que ‘soltam’, ali, seus impulsos reprimidos pela civilização (Park, 1973, citado por Perlongher, p.47); um território residual para o qual se direcionam “interesses, gostos e temperamentos semelhantes ligados à boemia, ao desejo não-convencional, o lugar onde as paixões indisciplinadas, reprimidas, sublimadas encontrariam vazão”(Simões, 2008).

⁴ Segundo Franco (2017) tais políticas públicas têm início em 2004 com projetos como o “Programa Brasil sem Homofobia”, articulado com o movimento LGBT e que promove ações educacionais concomitante com o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT”. Uma segunda iniciativa que apresenta impacto expressivo à luz da evolução dos debates de gênero no país, é a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, convocada em novembro de 2007 pelo governo do Presidente Lula e realizada de 5 a 8 de junho de 2008, em Brasília.

locais. Vale ressaltar que foi Piauí onde se elegeu a primeira travesti⁵ em um cargo político no Brasil e onde primeiro se regulamentou o uso do nome social na esfera estadual.

Desta forma, decidi mudar o rumo da pesquisa ao perceber que, uma vez dentro do Centro de Referência LGBTT Raimundo Pereira, muitas travestis e transexuais se prostituem sim, mas ocupam também outros espaços que não somente o território da rua. Ocupam o dia também, num exercício político, conscientemente ou não, de expor seus corpos para irem trabalhar diuturnamente como servidoras públicas, cabeleireiras, para cuidar de seus familiares, para fazerem partes de militâncias de direitos, para ocuparem faculdades, para serem professoras, enfermeiras, advogadas, biomédicas, entre outras profissões com as quais me deparei. Reorganizei a pesquisa e voltei o foco de estudo, assim, para uma das questões demandadas na pauta das próprias travestis e transexuais, o direito de um nome condizente com sua identidade de gênero.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, manterei, conforme autorizado pelas mesmas e levando em consideração a valorização e o reconhecimento do mesmo, o nome social das interlocutoras, resguardados seus sobrenomes por fins éticos.

Para início deste trabalho, um dos primeiros exercícios realizados foi o de buscar uma aproximação prévia com os sujeitos antes mesmo da pesquisa se iniciar formalmente. Neste processo há sempre a intenção de alcançar aceitação dentre a comunidade que se gostaria de conhecer. Para tanto, uma das articulações iniciais foi o contato com Maria Laura dos Reis, secretária executiva – e representante trans - do Centro de Referência LGBTT –Raimundo Pereira de Teresina/PI. Após um encontro na própria sede da instituição, expliquei-a sobre o projeto de pesquisa e a intenção de aproximar-me do grupo para conhecê-lo. O que Maria Laura comentou, primordialmente, foi acerca do compromisso do retorno dos resultados das pesquisas uma queixa a outros pesquisadores que por lá já haviam passado e feito pesquisas com as participantes do Centro. Além disso, e como no momento desse encontro inicial a proposta de trabalho ainda girava em torno do *trottoir* noturno, a mesma ressaltou as dificuldades em abordar as garotas tendo em vista que à noite estariam em seus pontos de trabalho e, segundo experiências anteriores, haveria a possibilidade de uma menor colaboração, já que interpelá-las naquele recorte significava perda de clientes e, conseqüentemente, de dinheiro.

⁵ Katia Tapety foi, por três vezes seguidas, eleita a vereadora mais votada de Colônia do Piauí e exerceu o cargo de vice-prefeita do município entre 2004 e 2008. É personagem de um documentário a respeito de sua história, bem como, de diversos trabalhos acadêmicos. (Vide, por exemplo: GONTIJO, Fabiano. **Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil**. *Cadernos Pagu*, (43), 299-319. 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430299>)

A partir desse encontro inicial fui convidada a participar da minha primeira reunião no grupo de Convivência de Travestis e Transexuais do Centro de Referência Raimundo Pereira sem grandes formalidades. Ou seja, não estava sendo exigido naquele momento qualquer documento que me referenciasse e que me apresentasse como vinculada a alguma instituição superior de ensino.

Outra articulação foi o resgate da relação com uma ex-usuária do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, local onde trabalho e uma das molas propulsoras para meu interesse no tema. Esse resgate já havia ocorrido há um tempo com a notícia de que Karol havia sofrido um grave acidente de moto e encontrava-se internada no Hospital de Urgência de Teresina. Sempre tive um cuidado especial com ela e, diante deste fato, decidi romper uma barreira imposta pela perspectiva de um limite de contato permeado pela atuação profissional como psicóloga. Fui visitá-la no hospital e, desde então, passei a acompanhá-la e ajudá-la no processo pós-operatório com visitas a casa da sua tia-avó, local onde eu a havia conhecido anos antes em um bairro da zona leste de Teresina.

Além disso, em setembro de 2017, foi noticiado em Teresina que iria acontecer, naquele mês, o julgamento do assassinato da travesti Makelly, um crime que havia ocorrido três anos antes e que teve uma grande repercussão na cidade. Na ocasião, eu estava refletindo e estudando sobre os redirecionamentos da minha pesquisa e então decidi participar do julgamento, indo assisti-lo.

Como afirma Mariza Peirano (2014), a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição. A partir dessas inserções apontadas acima, iniciei, assim, a pesquisa de campo ou a construção de um campo que tornou possível a realização deste trabalho.

Já em campo, no Centro de Referência LGBTT, propus a apresentação do projeto de pesquisa para o grupo com o qual me encontrava. Na ocasião, fui confrontada por presentes acerca do que apresentei, sucintamente, como o embasamento teórico da pesquisa: as reflexões acadêmicas acerca de questões de corpo / gênero trans a partir da teoria *Queer*. Diante dessa experiência é que pude pensar, de fato, o papel do CRLGBTT e do Grupo de Convivência na construção das identidades políticas das que ali se reuniam. Uma identidade política empoderadora de uma agência travesti/ transexual que se posiciona inclusive de forma a questionar quem ali se encontra para, pretensiosamente, falar *sobre* elas, sem *ser* uma delas. Como uma das participantes mesmo relatou, ela se sentia o monstro do filme “A forma da água” quando alguém ia ao grupo “*fazer pesquisas*” com elas, pois a ela “*não interessava a vida de ninguém. Porque iriam querer saber da vida dela?*” (D., diário de campo 13/03/18).

Daí em diante, como já mencionado, novas janelas de discussões se abriram a minha frente e a ilusória linearidade de um cronograma de pesquisa virou nada mais do que uma ilusão, de fato. Inicialmente senti o ocorrido como uma espécie de rejeição e um bloqueio junto ao Grupo que estava estudando. Entretanto, após reflexões e encorajamentos junto as orientações, segui o trabalho percebendo que o episódio se apontava como mais uma possibilidade de ‘ver as coisas do ponto de vista dos nativos’ (GEERTZ, 2014, p. 62) e, então, a partir daí pude conduzir minha análise antropológica e estruturar resultados. Como aponta Geertz:

Para captar conceitos que, para outras pessoas, são de experiência-próxima, e fazê-lo de uma forma tão eficaz que nos permita estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência-distante criados por teóricos para captar os elementos mais gerais da experiência social, é, sem dúvida, uma tarefa tão delicada, embora um pouco menos misteriosa, que colocar-se ‘embaixo da pele do outro’. O truque é não se deixar envolver com nenhum tipo de empatia espiritual interna com seus informantes. Como qualquer um de nós, eles também preferem considerar suas almas como suas, e, de qualquer maneira, não vão estar muito interessados neste tipo de exercício. O que é importante é descobrir que diabos eles acham que estão fazendo. (GEERTZ, 2014, p.62)

Com relação a Karol, o cenário encontrava-se pleno de afeto. Já tínhamos estado juntas no processo de retirada do seu documento de identidade civil, CPF, título de eleitor e alistamento militar. Até que as próprias demandas de ambos os contextos se cruzaram.

Encontraram-se quando após todo um processo de convivência com Karol (cerca de um ano) a mesma requisitou a retirada do seu documento do Nome Social. A época da sua solicitação foi o mês em que o CRLGBTT acolheu uma oficina realizada pela Defensoria Pública do Estado do Piauí que visava informar e orientar sobre o processo jurídico de retificação do nome no âmbito do registro civil, ou seja, a alteração na certidão de nascimento do nome registrado pela família para o nome social reconhecido pelo Estado. Esse foi o encontro do mês de agosto de 2018, no qual, pela primeira vez, a Karol participava.

Após esse encontro no grupo eu a acompanhei no processo de viabilização da sua Carteira do Nome Social e em mais uma outra articulação sobre o Registro Civil na Defensoria Pública do Estado do Piauí. Foi a partir de todos esses encontros e caminhos percorridos junto a essas pessoas, em conjunto com as leituras teóricas desenvolvidas nas disciplinas e no processo de orientação que esse trabalho foi sendo construído. Assim este trabalho intenciona alinhar uma experiência singular com conceitos teóricos para que possa apresentar e discutir realidades diversas. Afinal,

A antropologia tem como projeto formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças, resultado do contraste dos nossos conceitos (teóricos ou de senso comum) com outros conceitos nativos. (...) As impressões de campo não são, portanto, apenas recebidas pelo intelecto, mas exercem um verdadeiro impacto na personalidade total do etnógrafo, fazendo com que diferentes culturas se comuniquem na experiência singular de uma única pessoa. (PEIRANO, 1992)

Começo, no primeiro capítulo desse trabalho, com a descrição de um apanhado teórico relevante sobre corpo, gênero e nome que servirá de base para refletir os cenários apresentados no trabalho. Abordo, inicialmente, questões relativas a corpo e gênero, tomando como base os constructos de uma antropologia do corpo, bem como, as referências da teoria Queer.

No capítulo segundo apresento o primeiro cenário – o Centro de Referência LGBTT Raimundo Pereira e os encontros do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Faz parte deste cenário inicial, a apresentação a respeito do embasamento legal sobre o Nome Social no Estado do Piauí e as entrevistas com três participantes do Grupo. Ao fim deste capítulo, proponho uma “análise de tudo isso” em relação a antropologia do nome e nomeação e a representação dos documentos no Brasil.

O terceiro capítulo aborda o segundo cenário. Aí se incluem algumas vivências com Karol ao longo de um ano e meio, mais particularmente, o processo de retirada de dois documentos que representam o sistema de nomeação (e auto-nomeação) entre travestis e transexuais: a carteira de identidade e a carteira de identificação do nome social.

Já no quarto capítulo apresento o último cenário proposto: quando a travesti morre que nome devemos usar: civil ou social? Neste cenário analiso o julgamento da travesti Makelly e os efeitos do campo jurídico sobre o processo de nomeação de travestis e transexuais quando suas vidas não estão mais presentes. O que fica ilustrado é a “dupla morte” de Makelly a partir da negligência no uso do seu nome social.

Ao fim, deixo minhas considerações finais sobre essa aventura que foi atravessar todos esses cenários que, a primeira vista, podem ser enxergados totalmente fragmentados, mas que, ambigualmente se organizam para registrar aqui concepções de ‘eu’, a partir das travestis e transexuais com as quais nos deparamos.

5. ALGUMAS NOTAS TEÓRICAS SOBRE CORPO, GÊNERO E NOME

1.1 Sobre Corpo & Gênero

Instigada pelos questionamentos : “O que torna um ser humano homem ou mulher?” e “Será que as referências biológicas abarcam o real sentindo desses termos?”, busco refletir sobre o universo de travestis e transexuais onde se é preciso pensar os limites da transformação do corpo e as implicações disto na construção das identidades, isto é, “a relação com nós mesmos, as produções do ‘eu’ na relação com o outro bem como as construções coletivas de pertencimentos sejam eles de nação (territórios), raças, gêneros, sexualidades, gostos” (LIMA, 2014, p.36)

Ser travesti e transexual não é uma aventura, algo efêmero, uma fantasia que se tira ao chegar em casa, mas uma transformação longa e profunda. Pelúcio (2006) se utiliza desse conceito no sentido maussiano/dumontiano do termo, o que significa considerar que a pessoa se constitui a partir de um sistema moral e de valores próprios de cada sociedade e/ou grupo a que pertence.

As culturas investem diretamente sobre os corpos, articulando os planos físico, psíquico e social, que, assim imbricados, permitem que se considerem os planos simbólico e empírico como esferas articuladas, capazes de orientar todo um conjunto de práticas estruturadoras de experiência humana (CASTRO, 1979). Ela é uma outra ferramenta para se pensar a relação indivíduo-sociedade, cultura-natureza, estrutura-agência, livrando-se de armadilhas conceituais que conferem demasiado peso a um dos termos dessas díades (PELÚCIO, 2006).

No tocante às pessoas travestis e transexuais, as diversas transformações corporais são imprescindíveis na construção dessa identidade. Falando sobre essas transformações, Benedetti (2005) aponta algumas técnicas corporais comuns partilhadas nesse processo transformação-construção do corpo-identidade. Figuram nesse processo desde técnicas mais simples e primárias como manicure e maquiagem até o manejo de técnicas mais complexas como a administração de hormônios, cirurgias plástica e o uso de próteses de silicones ou silicone injetável. É a partir desse movimento de transformação corporal que se dá também um cruzamento de fronteiras de gênero.

Em 1936, Marcel Mauss propôs o conceito de técnica corporal, pioneiramente, buscando identificar a maneira como a humanidade, de sociedade para sociedade, utiliza-se do seu corpo. Mauss tenta desnaturalizar um objeto que é excessivamente familiar para todos

os seres humanos, na medida em que os encarna e com eles se confunde – o corpo (FERREIRA, 2009). Já aqui, o autor aborda como, pela força do hábito ou do *habitus* (por designar juntamente uma “memória misteriosa”), os atos humanos variam segundo “as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios” (MAUSS, 1935, p.404). Segundo ele, ao contrário de serem inatos, atos como nadar, andar, dançar, entre outros tantos, abarcam técnicas específicas aprendidas através de uma “imitação prestigiosa”, desta forma não havendo uma “maneira natural” no adulto e concluindo que “tudo em nós todos é imposto” (MAUSS, 1935, p.408).

A partir da noção de uma fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty, onde o corpo é percebido como um lugar de apropriação do sentido do mundo, Bourdieu reelabora a noção de *habitus* para discutir essa relação entre o corpo e o mundo. Assim o conceituando:

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas (BOURDIEU, 2006, p.261).

O *habitus* apresenta uma noção mediadora que capta “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (WACQUANT, 2007, p.66). Não é simplesmente um resumo de nossa experiência corporal, mas deve ser entendido como o hábito geral, como aquisição do mundo ao nível da percepção e dos atos, sendo então uma maneira de expressar que o corpo está no mundo (MEDEIROS, 2011, p.284). Desta forma, Bourdieu desenvolve a noção de um corpo social ou socializado que seria fonte de uma intencionalidade prática e de uma capacidade gerativa e criativa. Os esquemas corporais informam um pertencimento social, um coletivo encarnado no indivíduo, uma vez que este corpo comunica-se.

O corpo social é portador do *habitus*, pois as disposições incorporadas nele moldam o corpo a partir de condições materiais e culturais. Este é o processo de socialização, produzindo um ser individual forjado nas e pelas relações sociais, fazendo da própria individualização um produto da socialização (MEDEIROS, 2011, p.285). É através dessa noção que Bourdieu aponta para a importância das práticas corporais como demarcação de existência, inclusão ou exclusão no mundo. Desta feita, *habitus* é noção que integra o individual e o social. A construção desse corpo social implica no modo de ser no mundo.

Há um saber aprendido pelo corpo que repercute em sistemas de investimento social que o corpo passa a agregar. Um corpo não representa um papel social, ele serve como modo de expressar o papel identificado socialmente. Assim, é difícil o agente identificar que parte

do investimento no corpo foi realizada para a sua construção social, e que repercute na fixação do seu lugar/posição de ocupação no meio social. Induvidosamente desconcertante e relevante é a identificação e análise das consequências de formatação do corpo.

Ademais, também tem efeito sobre o corpo através do habitus a relação de dominação/submissão inscrita num jogo social de manutenção da ordem através de dispositivos simbólicos que repercutem também na ordem do corpo. O que Bourdieu denomina de ‘força mágica’, ou seja, uma força simbólica como ‘forma de poder que se exerce sobre os corpos diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física (MEDEIROS, 2017, p.289) age sobre os corpos em prol de uma dominação simbólica.

Diante disso, Bento (2006, p.19) faz um reflexão sobre os “corpos inconclusos”, desfeitos e refeitos, corpos que são arquivos da história de exclusão, que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida real.

É interessante pensar as normas de gênero não de forma fixada e sim nas possibilidades de fazer gênero. Pensando nos sujeitos que vivem fora da ordem biológica como as pessoas trans, observam-se práticas de gênero que se efetivam fora dessa ordem. Os estudos de gênero ao longo da história buscaram desconstruir as concepções procurando operar em novos paradigmas históricos para tentar explicar a persistência das desigualdades entre homens e mulheres, procurando destacar que os comportamentos destes se definem um em função do outro num tempo, espaço e cultura determinado (SAMARA, SOIHET, MATOS, 1997).

Segundo Mariza Correa (2003), o perigo está no indefinido, na quebra das definições; em suma, nos limiares. Através de análises de trajetórias de três personagens da história da antropologia brasileira, a autora mostra que, sendo elas mulheres e estando em desempenho de papéis considerados masculinos, isto é, fora de seu espaço “natural”, sem, no entanto, terem sido admitidas ao novo espaço social que procuravam ocupar, preenchiem um espaço em termos culturais de seres anômalos, nem homens, nem mulheres. Eram aparentados antes aos monstros do que a humanos.

Resgato aqui os estudos antropológicos nas tribos norte-americanas sobre as *berdaches*. Dentre algumas conceituações para o termo, Jacobs (1968) citando Lurie (1953), aponta que *berdache* pode ser usado para designar “uma pessoa de um sexo físico determinado que assume o papel e o status do sexo oposto e é vista desta maneira”(JACOBS, 1968). As *berdaches* podiam ocupar diferentes papéis segundo as culturas de cada tribo e passavam de figuras importantes em rituais sagrados a pessoas sem valor(*good-for-nothing*), de

acordo com a organização social da tribo em que estava inserida. Havia tribos que chegavam a negar a existência de *berdaches* em sua população e outras que eram ávidas para falar sobre o assunto.

“Berdaches may fill a variety of roles, acting according to the demands of their culture. In some tribes, the berdache is considered in rather high esteem and is considered a vital member of religious rituals. In others, he is a shaman and a medicine-man. Yet, in still others, he is regarded as a good-for-nothing. Between these opposite poles there are berdaches who are required for special functions in funeral ceremonies and others special rites, such as in the Sun Dance of the Crow. (Hays 1963:449) [...].The function of the berdache seems to correspond with the attitude their fellow tribe members have towards him” (JACOBS, 1968). (Berdaches podem possuir uma variedade de papéis, atuando de acordo com as demandas de suas culturas. Em algumas tribos, o berdache é tido em alta estima e considerado um membro vital nos rituais religiosos. Em outras, ele é um xamã e um curandeiro. Já em outras ele é considerado sem valor. Entre esses polos opostos, existem berdaches que são requisitadas a desempenhar funções especiais em cerimônias de funeral e outros ritos especiais como a Dança do Sol do Corvo. [...] A função do berdache parece corresponder com a atitude que os membros da sua tribo tem em relação a ele, *tradução própria*).

Em *Sexo e Temperamento*, Margaret Mead (1979) discute como padrões emocionais e comportamentais, categorizados como temperamento, como agressividade, passividade, maternidade, não são dispositivos inatos e naturais de cada homem e de cada mulher, mas sim, moldados culturalmente. Ela apresenta três distintos padrões de organizações culturais acerca do comportamento e temperamento prescrito para homens e mulheres em cada uma das sociedades analisada em sua incursão a Nova Guiné . Para os Arapesh – homens e mulheres – exibiam uma personalidade maternal em seus aspectos sexuais. Encontramos homens, assim como mulheres, treinados a ser cooperativos, não-agressivos, suscetíveis às necessidades e exigências alheias (MEAD, p.267,1979). Entre os Mundugumur, homens e mulheres se desenvolviam como indivíduos implacáveis, agressivos, e positivamente sexuados, com um mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade (MEAD, p.268,1979). Já entre os Tchambuli, a mulher era o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente. (MEAD, p. 268,1979).

Além disso, a autora ainda faz uma análise para o que chama de “inadaptados”, o “desajustado cultural”, aquele que está em desacordo com os valores de sua sociedade. Na medida em que uma cultura é integrada e definida em seus objetivos, intransigente em suas preferências morais e espirituais, nesta mesma medida condena alguns de seus membros – membros apenas por nascimento – a viver alheios a ela (MEAD, p. 278, 1979).

Mead discorre que, sociedades não estratificadas e com personalidades sociais de ambos os sexos semelhantes, como no caso dos Arapesh e Mundugumur, produzem

desadaptados, de ambos os sexos, indiscriminadamente. Nas sociedades que definem alguns traços de temperamento como masculinos e femininos, como é o caso dos Tchambuli e das sociedades americana e europeia existe uma coerção social com o propósito de que o indivíduo comporte-se como “membro de seu próprio sexo”. O ajustamento à vida é condicionado por sua afinidade temperamental com um tipo de comportamento considerado inatural a seu próprio sexo e natural ao sexo oposto (MEAD, p.282,1979). Desta forma, a autora ilustra que a criança é corrigida, por exemplo, de diferentes maneiras segundo a adoção ou não dessa dicotomia social rígida dos sexos: no caso de Arapesh’s, a disciplina para um comportamento aberrante de uma criança é expressa “As pessoas não fazem isso”, “Não aja dessa forma”. Diferentemente do contexto cultural ocidental onde a disciplina se imputa através de frases como: “Você não está se comportando como um menino!”, “Meninas não fazem isso!”.

Segundo Butler (2015), o gênero atua como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres. Como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma *performance* com consequências claramente punitivas. Então os corpos-homem e corpos-mulher parecem perder as amarras biológicas e se reinventam continuamente, abrindo o questionamento se de fato são adequados os termos homem-mulher, alocados em justaposição ao vocábulo corpo neste processo de busca identitária.

Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de tecnologia sofisticada que preserve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relação sexual) e de que se utilizam com propriedade, de acordo com sua “natureza” (relação heterossexuais). Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitação espaço-temporais oblíquos. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas e privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas (PRECIADO, 2014, p. 31)

Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder (BUTLER, 1999). Butler, aponta ainda o conceito de abjeto para designar zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito.

Habitar nessa zona de exclusão constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o

domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Assim, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, "dentro" do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio (BUTLER, 1999).

A partir destes aportes se clarifica a perspectiva de análise das vivências de construções de corpos-identidades trans e suas posições de sociabilidade de exclusão e marginalidade como observadas em etnografias como as de Hélio Silva (1993), Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (2008) e Larissa Pelúcio (2009). O investimento corporal, em prol da construção de um corpo que performa uma identidade desviante do padrão, cria uma abjeção que não foge da padronização quanto à imposição da violência, seja ela simbólica ou mesmo física, estabelecida para aqueles que se afastam das normas postas do nosso sistema de poder.

1.2 Questões de NOME

Todos nós possuímos um nome. Somos nomeados muitas vezes antes de sequer existirmos fisicamente. Nome civil, nome de registro, nome de batismo, nome de guerra, nome artístico, nome de fantasia, nome social, prenome, sobrenome, pseudônimo, nome de família, nome de casada, nome de solteiro... O que representam esses nomes? Seria a nomeação capaz de forjar uma identidade própria para uma pessoa?

Os nomes dizem respeito a uma maneira de estar e existir no mundo. Dizemos escolher nomes de mulher, nomes para homens... Mas, e quando não abarcam a trajetória do sujeito nomeado? Vamos pensar neste capítulo sobre o ato de nomear, o significado da nomeação e discutir a relação entre nomes e o processo de documentá-los realizado pelo Estado. Para iniciar e situar a discussão, faremos algumas considerações sobre a Antropologia do Nome e Nomeação. Em seguida, discutiremos a relação entre a documentação do nome e as implicações na construção do cidadão/ã para o Estado, em especial no caso das pessoas travestis e transexuais.

1.2.1 Antropologia do nome e nomeação – o poder do nome

Leach(1983), aponta que, para os antropólogos, a linguagem é uma parte da cultura, não uma coisa em si própria (p.170). Sendo assim, para ele, os tabus linguísticos e de comportamento são, não apenas sancionados do mesmo modo, como também estão

mutuamente embaralhados. É o caso, por exemplo, do comportamento sexual e as palavras relativas ao sexo.

Algumas vezes, em virtude de razões linguísticas (fonêmicas) certas palavras podem ser tabu por si mesmas e, se existe algum elo causal, ele é, então invertido. Neste caso, um tabu de comportamento vem a refletir um tabu verbal anterior (LEACH, 1983, p. 171).

O tabu é simultaneamente comportamental e linguístico; social e psicológico (LEACH, 1983, p. 172). Esse ponto de Leach apresenta a concepção do autor que corrobora com sua análise dos fatos sociais como fato social total. A ligação entre categorias animais e obscenidades ilustradas no ensaio (por exemplo, em inglês fox – raposa, se altera a vogal tem-se fux – foda), para Leach são mais que “acidentes linguísticos”. Em verdade, são acidentes linguísticos com uma utilidade funcional no modo em que usamos nossa língua (LEACH, 1983, p. 173).

Quando tabus verbais são rompidos, o resultado é um fenômeno social específico que afeta tanto o ator quanto seus ouvintes de um modo bastante previsível (LEACH, 1983, p.173). Dá-se o fenômeno da obscenidade que Leach divide em três categorias: 1) palavrões; 2) blasfêmia e profanação e 3) insulto animal. A terceira categoria é a que o autor vai se debruçar, pois indica que o próprio nome está investido de potência. Isto claramente significa que a categoria animal é de algum modo tabu e sagrada (LEACH, 1983, p.174).

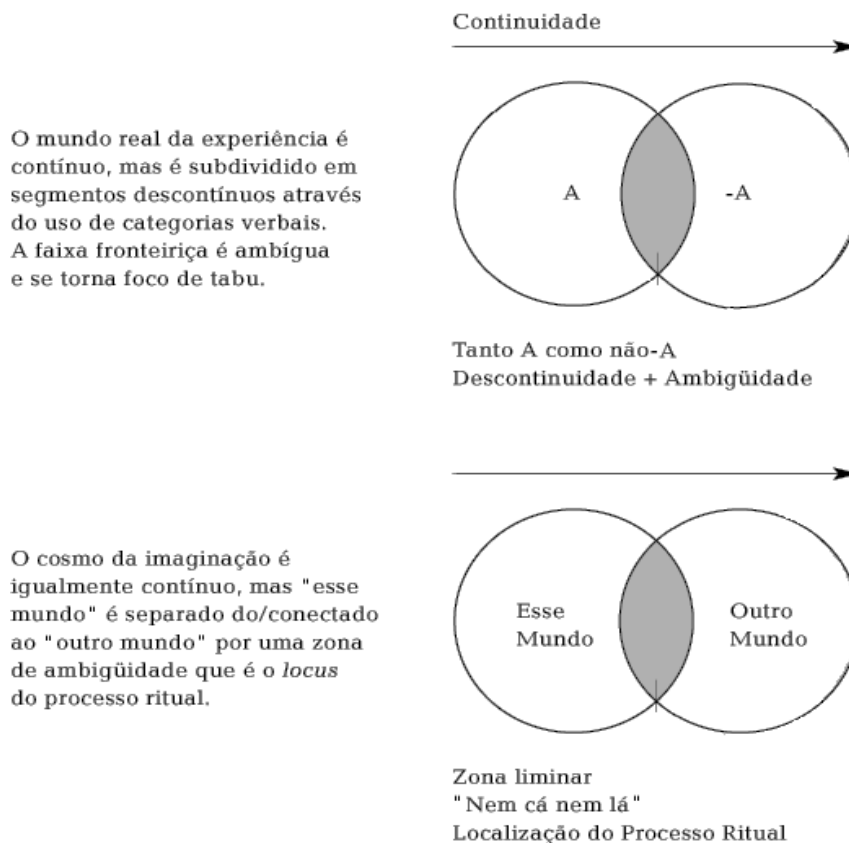
Leach aborda seu “esboço de uma teoria geral do tabu”.

Postulo que o ambiente físico e social de uma criancinha é percebido como um contínuo. Ele não contém “coisas” intrinsecamente separadas. A criança, no decorrer da vida, é ensinada a impor sobre esse ambiente uma espécie de grade discriminatória que serve para distinguir o mundo como sendo composto de grande número de coisas separadas, cada uma etiquetada com um nome. Este mundo é uma representação das nossas categorias de linguagem, não o contrário. É porque minha língua materna é o inglês que me parece evidente que *bushes* (moitas) e *trees* (árvores) sejam diferentes espécies de coisas. Se não me tivessem ensinado isto, jamais poderia pensar deste modo. (LEACH, 1983, p.177)

Assim, Leach menciona que as discriminações básicas devem ser nítidas e não ambíguas de modo a que os sujeitos possam construir seus próprios ambientes e desse modo distinguir sem dúvidas *eu* e *isso*, ou *nós* e *elas*. A linguagem nos fornece os nomes para distinguir as coisas; o tabu inibe e reconhece aquelas partes do contínuo que separam as coisas. (LEACH, 1964, p. 178).

A figura abaixo é usada para ajudar a compreender a concepção de Leach de continuidade do mundo real e de que mediante o uso de categorias, separamos os espaços físico e social em áreas com diferentes potenciais de poder, criando a ilusão da descontinuidade. Nas interfaces, encontramos uma região que não pertence a nenhuma das categorias, e ao mesmo tempo pertence a ambas. É uma área perigosa, tabu, de poder manifesto (LEACH,2000).

Figura 3



Fonte: Leach (2000)

Assim, temos que a linguagem, faz mais do que nos prover com uma classificação das coisas. Ela realmente molda nosso ambiente e coloca cada indivíduo no centro de um espaço social ordenado de maneira lógica e segura. (LEACH, p.179)

Em “Anthropology of Name and Naming” (2006), Vom Bruck e Bodenhorn reúnem um apanhado de trabalhos que entrelaçam etnografias ao redor do mundo e análises acerca do processo de nomeação, bem como do poder e significado do nome nesses variados contextos. O conjunto da obra tem o intuito de demonstrar padrões que apontam, por exemplo, que nomes carregam em si não só a capacidade de delinear fronteiras de status social, mas também de construí-las.

Names may reveal crucial information about gender, kinship, geographical origin, or religion. At the same time, they may also provide the vehicle for crossing boundaries between those very same categories, as well as between life and death, past and future, humans and non-humans” (BODENHORN & VOM BRUCK, 2006) (Nomes podem revelar informações cruciais sobre gênero, parentesco, origem geográfica, ou religião. Ao mesmo tempo, também podem ser veículos para cruzar as fronteiras entre essas mesmas categorias, bem como entre vida e morte, passado e futuro, humanos e não-humanos (*tradução própria*).

As autoras aponta a característica dos nomes de, simultaneamente, serem ubíquos e infinitamente mutáveis em seus significados. Possuem a capacidade de fixar identidades, mas também de se destacar (“*detach*”), se separar dessas mesmas identidades. Ilustrando essas questões, Vom Bruck e Bodenhorn resgatam o ataque ao World Trade Center, nos Estados Unidos, em 2011 e o tratamento recebido por refugiados em conflitos entre Sérvia e Kosovo.

Na ocasião do ataque às torres americanas, a nomeação das vítimas e culpados tornou-se imediatamente uma pauta de extrema urgência e listas de nomes, de vivos e mortos, atualizadas todo dia. Houve nomes, por vezes, que não podiam ser colocados em nenhuma das duas categorias com certeza e partes de corpos humanos que não podiam se encaixar com certeza em nenhum nome constado nas listas. Corpos foram enterrados sem nomes, nomes permaneceram sem corpos a serem enterrados por suas famílias.

No sentido oposto à necessidade de nomear para identificar como ocorre em tragédias como a de Nova York, as autoras apontam o ato de des-nomear (“*de-naming*”) como forma de aniquilação política. Refugiados Kosovo albaneses tiveram que entregar todos os documentos oficiais de identificação nas fronteiras iugoslavas e as autoridades da Sérvia anularam o direito de viverem em sua terra natal. Their existence became illegitimate in the eyes of the State (BODENHORN & VOM BRUCK, 2006). (Suas existências tornaram-se ilegítimas aos olhos do Estado, *tradução própria*).

O fato da identidade de uma pessoa poder ser apagada, trocada, suspensa ou até roubada através de manejos acerca do nome demonstra o poder político que se insere na capacidade de nomear. Demonstra também o potencial de propriedade no nome em transações de valor social e, com efeito, deixa clara a poderosa conexão existente entre nome e identidade.

Segundo Bodenhorn & Vom Bruck (2006), desde os anos 1970 antropólogos têm focado grande atenção acerca do aspecto político do nome e nomear, em específico, às práticas discursivas de nomeação empregadas por grupos dominantes a fim de proteger e manter poder. Names are created by men. Superiors use them to control their inferiors. (ELVIN 1985, p.175 citado por BODENHORN & VOM BRUCK, 2006). (Nomes são criados por homens. Superiores os usam para controlar inferiores, *tradução própria*).

As autoras apontam, entretanto para uma espécie de relação de mão dupla onde: ao mesmo tempo que a importância do processo de nomeação de lugares e espaços públicos realizadas por governantes (nomes de ruas, número de casas, nomes de praças, pontes, etc) e a necessidade de documentar os nomes das pessoas desde que nascem (todos os tipos de registros pessoais) apontam para uma prática de controle governamental, também permite que os indivíduos destes contextos reivindiquem direitos e a proteção desse mesmo Estado.

Para além da questão das práticas de nomeação como controle político, as referidas autoras também analisam outro efeito do nomear. O fato de identificar indivíduos como parentes, vizinhos, amigos, enfim, relacionados de alguma maneira em um contexto social. Citando Geertz (1973, p.363) “nomear é um aspecto crucial de converter “ninguém” em “alguém” (Bodenhorn & Vom Bruck, 2006, p.3) O nosso nome é dado por alguém e, através desse ato, as crianças se inserem em contextos relacionais onde deverão interagir. Dessa forma, individual lives thus become entangled – through the name – in the life histories of others (Bodenhorn & vom Bruck, 2006)_ (vidas individuais assim tronam-se entrelaçadas – através do nome – nas histórias de vida de outros, *tradução própria*)

O nome possui o potencial de se tornar particular à pessoa que o recebe, criando, assim, de forma simultânea, o potencial de reconhecê-la enquanto indivíduo e membro de determinados grupos sociais. É o que aponta Da Matta (1987) quando o mesmo estudou os nomes pessoais entre os Apinayé e viu que, entre eles, os nomes eram mecanismos para estabelecer relações sociais. Os nomes servem para individualizar, para isolar uma pessoa das outras e, assim fazendo, individualizar um grupo (uma família) de outro.

Segundo Platão(2001), no diálogo Crátilo , o nome é instrumento [...] para informar a respeito das coisas e para separá-las. O referido diálogo apresenta um debate filosófico acerca da relação entre o nome e os objetos aos quais se referem, considerando uma justeza na ação de nomear segundo uma essência natural, própria a cada coisa a ser nomeada. Assim diz Sócrates para Hermógenes: “[...] convirá nomear as coisas pelo modo natural de nomeá-las e serem nomeadas, e pelo meio adequado, não como imaginamos que devemos fazê-lo, [...]. Só por esse modo conseguiremos, de fato, dar nome às coisas; do contrário, será impossível.” (p.151)

Isso significa a posição de uma língua natural onde cada coisa tem um nome certo para si, em contraste com a suposição de Hermógenes que não admite uma justeza definitiva de nomes que não se desse por convenção e concordância dentro de todo um contexto social.

Outro par de categorias filosóficas envolvidas na análise do nome, além da dicotomia convenção x essência é o apontado pelo filósofo J. S. Mill (1843), para quem nome s são

“marcadores sem significado”. O referido filósofo aponta a distinção entre denotação (identificação) e conotação (significado) e diz: nomes denotam sem conotar. Isto quer dizer que um nome próprio seria simplesmente uma etiqueta sem sentido que a gente se esforça pra conectar com a ideia do objeto na nossa cabeça, segundo o filósofo.

Contrariando a consideração de Mill, Lambek, Bodenhorn & Humphrey (2006) argumentam que o poder do nome recai não no seu significado linguístico, mas no próprio nome nele mesmo. Nomes tanto “fazem” quanto “dizem” coisas, assim como nomear expressa, mas também constitui relações sociais (Bodenhorn & Vom Bruck, 2006). O nome antecede o corpo, o gênero e o sexo, pois anuncia os mesmos (Alves, Souza & Moreira, 2007).

1.2.2 Documentando o Nome.

Da Matta (2002), discutindo o significado cultural dos documentos no contexto brasileiro aponta que no nosso país:

a palavra “documento” circunscreve um conjunto de experiências sociais fundamentais, demarcadas por uma das mais importantes exigências da cidadania moderna: o fato de cada cidadão ser obrigado por lei a ter vários registros escritos dos seus direitos e deveres, das suas habilidades profissionais, de sua credibilidade financeira e de sua capacidade política e jurídica junto ao Estado.(p.38)

“Pra que serve um documento?” É o que nos pergunta Peirano (2006). E é a mesma que aponta que, “tecnicamente, documentos facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo – para fins de conceber direitos e exigir deveres” (PEIRANO, 2006, p.26). Os documentos acolhem, assim, tanto elementos particulares/individuais quanto o conhecimento acerca da coletividade. Reconhecidos e regulados, os “papéis”, como podem ser chamados os documentos no Brasil, estabelecem o indivíduo como único e particular e produzem, no mundo moderno, um máximo de singularização e uma individualização idealmente absoluta.

Da Matta (2002) compara que, em sociedades denominadas do tipo “arcaicas” e “tribais”, a “identidade” não é conferida através de documentos escritos produzidos dentro de uma lógica burocrática, como na sociedade moderna, mas sim por meio de “sinais” ou de “marcas relacionais” – cicatrizes, deformações, relíquias, traços emocionais, pinturas

corporais, enfeites e recordações. Na concepção de Dumont (1971), as sociedades tradicionais tem uma ênfase valorativa principal na ordem, na ‘tradição’, e na orientação de ser humano na direção de fins prescritos pela sociedade; aqui o ser humano é considerado essencialmente um ser social que tem sua própria humanidade derivando da sociedade. Já na sociedade moderna, a referência principal recai nos atributos, reivindicações e bem-estar de cada ser individual, independentemente de seu lugar na sociedade; aqui cada ser é um *individuum* da espécie, é uma espécie existindo de maneira independente, suprimindo o aspecto social da sua natureza. A partir disso, Dumont caracteriza nação como a “sociedade que se vê como constituída de indivíduos” (DUMONT, 1970, p.93). No Estado-nação esses indivíduos são transformados em cidadãos.

Mas, o que torna uma pessoa cidadã? Qual a diferença entre cidadania e humanidade? pergunta Bento (2014) ao analisar as normas acerca do nome social das pessoas travestis e transexuais em contextos micro (escolas, universidades, repartições públicas) em contrapartida com a morosidade de aprovações de leis voltadas a identidade de gênero na esfera da legislação brasileira. A noção de cidadania está amarrada ao construto Estado-nação. O/as cidadãos/cidadãs são aqueles/as que fazem parte e são reconhecidos como pertencentes a um espaço delimitado geograficamente, com um (ou vários) idioma oficial (BENTO, 2014, p.179). Os membros de um estado-nação são considerados cidadãos, e a cidadania implica em direitos e deveres no reconhecimento da igualdade humana básica e sua participação integral na comunidade (Marshal, 1964, p.64 citado por Peirano, (1986). Em contrapartida, Bento (2014) aponta que a noção de ‘ser humano’ ou ‘humanidade’ nos move para um campo de pertencimento anterior ao da cidadania e que não se pode confundi-la com a própria cidadania sob o julgo de permitir ao Estado um valor englobante de produção de significados, tornando-o assim, um ente total.

A via para se fazer esse cidadão/cidadã, como apontado nas discussões anteriores é o documento. O documento *faz* o cidadão em termos performativos e obrigatórios (Peirano, 2006). Para Da Matta (2002), o estudo dos documentos deixa claro que a importância desses papéis deriva da força de uma profunda retórica legalística. Retórica centrada no Estado, cuja expressão concreta e familiar se faz por meio de dispositivos e exigências formais e cartoriais que são provavelmente mais importantes para manter o seu poder.

Pensando essa relação entre cidadania e Estado pela via de votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos, Bento (2014) aponta que, no Brasil, essa cidadania é concedida a conta-gotas, aos pedaços. Para ela, o caso de pessoas travestis e transexuais que lutam pelo reconhecimento de seus nomes e identidade de gênero repete a

estrutura da relação entre o Estado e populações excluídas característica da cultura política nacional, apontando assim para o que denomina de cidadania precária.

Para Bento (2014), cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas.

Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos ds mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como ‘corpo político’. (p.167)

Assim, ela observa que, no Brasil, no vácuo de uma legislação geral que garanta o respeito à identidade de gênero, como nos moldes nos moldes da Lei de Identidade de Gênero argentina, o “jeitinho brasileiro” construiu o “nome social”. Bento é taxativa ao apontar que os regulamentos que são aprovados em esferas do mundo público (extra esfera da elite do Estado)⁶ como os de universidades que permitem a travestis e transexuais a utilização do nome social, mudam sem alterar substancialmente nada na vida dessa população.

Assim, por exemplo, uma estudante transexual terá seu nome feminino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida terá que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes e portar documentos em completa dissonância com suas *performances* de gênero. (BENTO, 2014, p.175)

Isso corrobora com os escritos de Peirano e Da Matta acerca da relação Estado e documento, bem como apoia, a noção de que existe uma relação presente entre os documentos e a própria estrutura da sociedade brasileira, também ela hierarquizada e estratificada em classe, raça, sexo e gênero. Como diz Peirano (1986), “documentos são fornecidos por órgãos públicos apenas para aqueles que preenchem determinados requisitos estipulados por lei. Eles preenchem, portanto, a função de distinguir o cidadão do ‘marginal’” (p.52). Se não existe o reconhecimento consolidado no Estado acerca das questões da identidade de gênero de travestis e transexuais, os documentos a que essas pessoas terão acesso proverão uma cidadania precária, pois serão símbolos do poder regulador das elites dominantes.

⁶ Esfera essa que, segundo Bento (2014) representam elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual que se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas.

6. CENÁRIO 1 – O CENTRO DE REFERÊNCIA LBTT “RAIMUNDO PEREIRA”

O primeiro cenário da construção dessa etnografia é o Centro de Referência LBTT Raimundo Pereira (CRLBTT), uma esfera que será analisada a partir de seu engajamento na construção da identidade política de travestis e transexuais do Estado do Piauí. Foi o ponto de partida para a pesquisa de campo com a minha participação nas reuniões mensais do Grupo de Convivência de Travesti e Transexuais do Piauí que é lá sediado. Nesse campo de luta política, foi possível encontrar narrativas variadas de travestis e transexuais sobre suas trajetórias em diferentes espaços (de trabalho, militância, família), sobre seus corpos, seus nomes e suas demandas. Vamos começar apresentando o lugar, suas características e funções no atendimento ao público LBTT do Piauí, em especial sobre o marco legal que orienta a expedição da Carteira do Nome Social, de responsabilidade do CRLBTT. Em seguida, será a vez de abordarmos as características do Grupo de Convivência de Travesti e Transexuais do Piauí e discutir a experiência de inserir-me em seus encontros mensais e as análises possíveis desse campo.

2.1 O Centro de Referência LBTT “Raimundo Pereira” – caracterizando o espaço

A escolha do Centro de Referência LBTT “Raimundo Pereira” como um dos cenários dessa etnografia deu-se em função de a instituição tanto sediar regularmente encontros de travestis e transexuais como, principalmente, por ser onde se viabiliza a expedição do documento do Nome Social no Estado do Piauí.

O CRLBTT situa-se no Centro-Norte da cidade de Teresina, na Rua Barroso, nº 732, próximo à praça Landri Sales (conhecida popularmente na cidade como praça do Liceu, por situar-se em frente ao Colégio Liceu piauiense). Suas instalações estão inseridas no primeiro andar do prédio da Academia de Formação Penitenciária do Estado do Piauí – ACADEPEN, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Constitui-se de uma sala compartimentada em três espaços: a recepção, onde Maria Laura, secretária executiva do Centro, recebe e atende as pessoas que lá chegam; um espaço onde a Assistente Social da instituição faz atendimentos a usuários (incluindo aí a entrevista para o preenchimento do formulário para retirada da Carteira do Nome Social); um terceiro espaço ocupado pelo coordenador do Centro – Vitor Koslowski e onde se discutem e organizam questões relacionadas à instituição. Para as reuniões do Grupo de Travestis e Transexuais do Piauí, a equipe se utiliza de uma sala de aula disponibilizada no mesmo prédio.

Ao subirmos as escadas do prédio da ACADEPEN nos deparamos logo a nossa direita com a porta do Centro de Referência, que se encontra sempre aberta durante o horário de expediente (das 7:30h às 13:30h). O espaço destinado à recepção é composto de uma mesa e três cadeiras de escritório e, além, de vários cartazes de campanhas sobre direitos da população LGBTTT mobilizadas no Piauí, também encontram-se alguns convites de formaturas de graduação de travestis conhecidas na instituição, como o próprio convite de Maria Laura. Separada por uma divisória com uma parte em vidro e uma porta, a área ao lado da recepção também contém uma mesa e cadeiras de escritório. Além da Assistente Social, ela também é ocupada quando existem estagiários de faculdades no CRLGBTT, mas é constante vê-la mesmo desocupada, sendo destinada quase exclusivamente para os atendimentos ao público LGBTTT que necessitem do Serviço Social. A última e maior área na divisão do espaço do Centro de Referência Raimundo Pereira é composta por duas mesas, cadeiras de escritórios, computadores e armários e é onde se guardam os documentos, panfletos de campanhas realizadas pelo Estado, bem como, onde os integrantes da instituição fazem reuniões entre eles.

O CRLGBTT está vinculado à Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) do Piauí. É descrito institucionalmente como:

“um equipamento social de acolhimento, atendimento e encaminhamento de demandas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vítimas de violações de Direitos Humanos, promoção de ações afirmativas de cidadania, potencialização e articulação de políticas públicas e ações de enfrentamento a discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.”
(<http://www.sasc.pi.gov.br/glbtt.php>)

Ainda segundo o site institucional mencionado acima, o CRLGBTT oferece os seguintes serviços à população LGBTTT:

- Atendimento individual com encaminhamento a rede de garantia de direitos;
- Contrato de Parceria Civil, onde regulamenta as questões patrimoniais advindos da relação homoafetiva;
- Visitas domiciliares com intervenção técnica em situações conflituosas;
- **Emissão de Carteiras de Nome Social para travestis e transexuais;**
(*grifo meu*)
- Orientações acerca do processo de mudança do nome civil para travestis e transexuais, dentre outros.

O nome do Centro - “Raimundo Pereira” - advém de uma homenagem do Estado do Piauí ao barítono piauiense Raimundo Pereira, natural do município de José de Freitas e

falecido em setembro de 2006, mesmo ano de inauguração do CRLGBTT, que a época chamava-se Centro de Referência Para a Promoção da Cidadania Homossexual. Raimundo Pereira foi reconhecido pelos serviços prestados na área da música e da cultura tanto no Piauí como no Brasil e, também, como um grande militante do movimento da causa gay, tendo presidido o grupo gay Atobá - Movimento de Emancipação Homossexual, no Rio de Janeiro, onde residira por bastante tempo até a data da sua morte.

Um outro aparato do Estado que também tem espaço próprio no prédio sede da Acadepen é a Coordenação de Enfrentamento à LGBTFOBIA. A referida coordenação atua, entre outras coisas, na Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais com foco na Elaboração e Implementação do Plano Estadual de Políticas Públicas para População LGBT. Uma das entrevistadas desta pesquisa foi a coordenadora desse núcleo.

2.2 A Carteira do Nome Social Piauiense

O documento do Nome Social, ou a Carteira de Identificação do Nome Social de Travestis e Transexuais começou a ser expedida a partir do Decreto nº 14.602 de 2011. O referido decreto “assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta”; fundamenta sua decisão no art. 1º, II e III, da Constituição Federal, que tem como fundamento “a cidadania e a dignidade da pessoa humana”; reconhecendo como “objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e do Estado do Piauí, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Além disso, o Decreto aponta ainda que:

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Estadual Direta e Indireta, bem como entidades conveniadas ou contratadas de forma complementar à realização dos serviços financiados e co-financiados de proteção social básica e proteção social especial de alta e média complexidade instalados nos municípios habilitados na gestão da assistência social que compõem o Sistema Único de Assistência Social do Estado do Piauí - SUAS, devem incluir e usar o nome social das pessoas travestis e transexuais em todos os registros estaduais relativos aos serviços públicos sob sua responsabilidade, como fichas de cadastro, formulários, prontuários e outros documentos congêneres.

Ainda segundo o mesmo documento, nome social é aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificados por sua comunidade e em seu meio

social. O texto que compõe tal normativa apresenta também de que forma o nome social deve ser inserido em documentos de órgãos públicos, bem como o respeito ao referido nome, quando do trato social na Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Explicita que no trato social se deve referir a essas pessoas por seu Nome Social em detrimento da utilização do respectivo nome civil entretanto, acrescenta no inciso segundo do artigo 2º que:

§ 2º Nos casos em que o interesse público exigir, inclusive para salvaguardar direitos de terceiros, deverá ser considerado o nome civil das pessoas travestis e transexuais.

Existe um modelo padrão para a Carteira de Identificação de Nome Social anexado no Decreto. Deste modo, torna-a unificada em todo o Estado do Piauí, ou seja, válida em todo o território do Estado do Piauí, padronizando as informações a constarem no documento.

Ao fim do Decreto, determina-se a responsabilidade do Centro de Referência LGBTT Raimundo Pereira para expedição da Carteira de Identificação do Nome Social.

Art. 4º Compete à Secretaria de Assistência Social - SASC, por intermédio do Centro de Referência para Promoção da Cidadania LGBT Raimundo Pereira, expedir a “Carteira de Identificação do Nome Social” das pessoas travestis e transexuais, na forma do modelo padrão constante do anexo único deste Decreto.

Assim, é a partir dessa regulamentação que travestis e transexuais buscam o Centro de Referência LGBTT “Raimundo Pereira”, munidas de fotos 3x4, comprovante de residência, carteira de identidade e CPF para um atendimento com a Assistente Social. Nesse atendimento, preenchem um formulário que aborda, além de informações socioeconômicas, questões relacionadas à “trans condição”, como por exemplo, se se identificam como travesti ou transexual, sobre hormonização, sobre processo de transgenitalização, a fim de viabilizar a emissão da Carteira de Identificação do Nome Social.

2.3 O Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais

O grupo de Convivência de Travestis e Transexuais têm reuniões sempre na primeira terça-feira de cada mês convocadas pelo GPTRANS – Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais. A responsável por essas convocações é Maria Laura e elas são sediadas no mesmo prédio onde fica o Centro de Referência LGBTT.

As reuniões do grupo têm o objetivo de discutir pautas de interesse da população de travestis e transexuais, mas também discutem temas transversais a outros movimentos sociais,

como o movimento negro, por exemplo. Os encontros são abertos a toda a comunidade de travestis e transexuais e inclusive algumas vezes professores de Ensino Superior participam também levando seus alunos. De acordo com o tema da reunião, profissionais específicos são convidados para serem facilitadores do encontro. As decisões acerca do conteúdo a ser discutido nessas reuniões ficam a critério da coordenadora Maria Laura, bem como o convite de facilitadores para os encontros, de acordo com o conteúdo a ser abordado. Alguns temas se dedicam a temas transversais da agenda de travestis e transexuais, outros são bastante específicos.

As participantes têm idades variando, em média, entre 18 a 60 anos. Como é um grupo aberto algumas participantes frequentam apenas quando a reunião aborda temas mais específicos do contexto de travestis e transexuais, como a hormonização, por exemplo. Outras, participaram de uma única reunião e não retornaram. Porém havia também aquelas que sempre participavam, seja qual fosse o tema. O grupo é programado para iniciar às 9h da manhã e dura uma média de uma hora a uma hora e meia. Entretanto, essa duração pode variar dependendo do tema abordado e da quantidade de participantes no dia.

2.4 Os Encontros no Grupo de Convivência

Para Clifford (2008, p.32), a observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, pela empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. É no intuito de descobrir a relação sistêmica entre os diferentes elementos da vida social que os etnógrafos abraçam a observação participante – para tentar dar conta da totalidade do sistema (FONSECA, 1999, p.63).

Foram sete encontros que participei com temas diversos e participações variadas também. Com exceção do primeiro encontro que participei, em todos fui notificada através de marcação em rede social Facebook, feita por Maria Laura. Em uma das reuniões houve a apresentação do projeto de pesquisa deste trabalho conduzida por mim. Outras cinco reuniões contaram com a presença de algum profissional relacionado ao tema (médico, psicólogo, biomédico) ou representante de alguma instituição para conduzir o grupo. Em uma delas, o profissional da área era uma pessoa transexual.

2.4.1 Encontro 01 – Hormonioterapia para pessoas Travestis e Transexuais



Fonte: Arquivo pessoal

Inaugurei minha entrada no campo com a observação do primeiro encontro que participei, ocorrido no dia 11/07/2017 com o tema da Hormonioterapia para Pessoas Travestis e Transexuais. Contava com a presença de dois palestrantes convidados por Maria Laura (um médico endocrinologista com experiência na terapia hormonal de travestis e transexuais e uma representante do Estado que estava responsável pelo processo de implementação do ambulatório de saúde LGBTT no Piauí). E um total de 12 participantes, incluindo Maria Laura e Joseane, representante da Coordenação de Enfrentamento a LGBTFOBIA.

Ao médico, coube a explicação sobre efeitos do uso de hormônios e medicamentos variados como forma de modificação corporal das travestis e transexuais. À representante do Estado, por outro lado, coube apresentar os avanços e impedimentos para a implementação do ambulatório de saúde LGBTT no Estado do Piauí. A sala utilizada estava cheia, com as participantes distribuídas em círculo. Muitos dos questionamentos das que lá estavam foram para o médico e versavam sobre o risco de medicamento X ou Y e onde encontrá-lo para fazer uma “hormonização segura”. O questionamento das participantes direcionados para a representante do Estado era sobre se o ambulatório forneceria tais medicamentos, dado que, para algumas o “hormônio seguro” era caro demais tendo em vista suas condições socioeconômicas, segundo apontado na reunião.

O endocrinologista forneceu o endereço de seu consultório particular para aquelas presentes que tinham acesso a plano de saúde, pois trabalhava em uma unidade da prefeitura

que, segundo ele, não teria como fornecer atendimento específico para o grupo de travestis e transexuais, salientando ainda que haviam poucos profissionais na área que compreendiam das particularidades envolvidas no assunto. Quanto a representante do Estado, a mesma apontou a situação vigente quanto a proposta de implementação do ambulatório, porém no referente ao tema dos medicamentos, não garantiu o oferecimento do mesmo, dado a dificuldade já existente em se alocar profissionais para montar o referido Ambulatório no intuito de que não haviam muitos recursos disponíveis para financiar a desejada unidade.

Segundo Benedetti (2005) o hormônio, no universo de travestis e transexuais é um dos primeiros instrumentos para modelar e construir, de maneira definitiva, o *corpo travesti* (BENEDETTI, 2005, p.73). É o mesmo autor quem aponta o hormônio como tendo um “*status privilegiado*” por considerar seu consumo como um elemento simbólico que determina o ingresso numa identidade social em fabricação, numa moldura social possível. É travesti quem (no mínimo) toma hormônios (BENEDETTI, 2005, p.80). Ficou claro esse privilégio apontado através do grande interesse das participantes nas falas dos palestrantes.

Neste encontro, fui apresentada como psicóloga e estudante da UFPI por Maria Laura que me solicitou que explicasse a minha participação ali e sobre a pesquisa. Nenhuma das participantes fez qualquer questionamento sobre a minha presença ou sobre a pesquisa, tendo sido recebida de maneira considerada acolhedora para início do trabalho com o grupo.

Ao fim do encontro, eu permaneci um pouco tentando conversar com as participantes. Nessa ocasião, uma delas, Lorrana, que havia chegado atrasada no encontro, começou a conversar comigo sobre o que estava enfrentando naquele momento na sua vida. A mesma, talvez pelo fato de ter sido apresentado ao grupo como psicóloga, falou sobre seu processo de luto após a perda consecutiva do pai e da mãe, num período de tempo de menos de um ano. Lorrana contou que vivia na casa com os dois e que primeiro faleceu a mãe quando ela menos esperava pois a saúde do pai era que era mais debilitada. E há cerca de três meses da data desse encontro, o pai também havia falecido. Ela mencionou sobre sua tristeza profunda, sobre falta de motivação para trabalhar⁷ ; comentou também que sequer estava saindo as noites para fazer programas. Visivelmente abatida, Lorrana chorou muito nesse encontro, onde a mesma foi vestida de jeans e uma blusa, sem quaisquer apetrechos ou adornos, apenas um óculos escuro. Poucos meses depois, ao reencontrá-la no grupo mais restabelecida, percebi que, de fato, as próprias vestimentas de Lorrana apontavam seu estado de luto (não pela presença do preto, como costumeiramente temos a representação em nossa cultura ocidental)

⁷ Ela trabalha durante o dia “em casa de família”.

pois a mesma, nos demais encontros, apresentou-se sempre travestida , ou seja, utilizando desde peruca até saltos bem altos, sempre muito adornada, diferente dos seus trajes do nosso primeiro encontro.

Nesse mesmo encontro cometi uma ‘gafe cultural’ (BENEDETTI, 2005, p.44) terrível com outra participante. Maravilhada por sentir a ferveção do início de um trabalho tão desejado; curiosa para conhecer cada uma e suas histórias; preocupada em como me comportar devidamente como uma iniciante antropóloga fui conversar com algumas das meninas sobre o tema da reunião, e em especial com Sabrina, pois havia reparado um inchaço em seus pés. Como ela havia sido a pessoa que perguntara sobre a hormonização e a preocupação com os custos desse tratamento, ingenuamente, acreditei que o inchaço reparado poderia relacionar-se a algum outro problema de saúde. Entretanto, o inchaço tinha a ver com o silicone que ela havia introduzido no corpo e agora havia descido para os pés, como pode acontecer de forma recorrente entre elas no caso de aplicações de silicone líquido. Ao ouvir a resposta me senti extremamente constrangida, sentimento que, após conversa com Karol, reiterou-se legítimo, pois sabe-se que entre elas a questão das falhas do silicone, por serem situações incorrigíveis e deformadoras do corpo são temas tabus.

2.4.2 Encontro 02 – População de Travestis e Transexuais em privação de liberdade



Fonte: Arquivo pessoal.

A segunda reunião que participei aconteceu no dia 15 de agosto de 2017. Para esta reunião, fui convocada pela rede social, através do aplicativo Messenger com a seguinte mensagem:

Atenção Travestis e Transexuais! Venho convidar para nossa reunião mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais, que será realizada dia 15 de Agosto de 2017, as 9h no Centro de Referência LGBT "Raimundo Pereira", este mês vamos abordar sobre a População de Travestis e Transexuais em situação de Privação de Liberdade, para ministrar este momento teremos a participação da Psicóloga da Casa de Custódia Renata Bandeira Jardim. Na oportunidade vamos realizar uma arrecadação de material de Higiene Pessoal e Roupas para as Trans que se encontram no Sistema Prisional do Piauí. Aguardamos Todas e Todos.

Nessa reunião houve a discussão de questões pertinentes às vivências de travestis e transexuais de quando adentram o Sistema Penitenciário. Duas participantes relataram suas experiências, Aghata e Dérika. Uma delas, que foi detida por envolvimento com tráfico de drogas, ainda encontrava-se em litígio com a justiça.

Uma das questões abordadas na reunião e relatadas pelas participantes falava sobre a permanência das mesmas em alojamentos masculinos ao invés de serem encaminhadas para o presídio feminino. Aghata relatou não ter sofrido situações de abuso sexual porque, segundo ela, “sabia se impor lá dentro”, “não tinha medo de ninguém”. Relatou também que, dentro da Penitenciária lhe foi oferecido trabalhar na cozinha, para que tivesse, dado sua condição de travesti, alguns benefícios no cumprimento da pena e pudesse se manter mais segura. Entretanto, a mesma rejeitou a opção pois, trabalhar na cozinha significava alimentar também os “homens”, ou seja, os guardas de dentro do sistema penitenciário e temeu que se, fora do presídio, soubessem disso, ela fosse considerada uma espécie de cagueta e sofresse retaliações de outras pessoas também envolvidas com tráfico de drogas.

Para Dérika, a experiência relatada foi a de precisar fazer uma “cabaninha” com os lençóis a noite para se proteger do assédio dos outros detentos. Relatou que por vezes, acordava com o lençol molhado de esperma, pois, segundo ela, durante a noite outros presos se masturbavam em cima de seu corpo enquanto ela dormia.

Um assunto também abordado foi a associação que os outros detentos e funcionários fazem com pessoas travestis e transexuais e o vírus HIV. Elas apontaram que, dentro do sistema penitenciário, as travestis e transexuais são vistas como portadoras do vírus HIV apenas por serem travestis e transexuais. Essa percepção é tanto de outros presos quanto dos próprios agentes penitenciários.

A psicóloga representando o sistema prisional apontou a escassez de recursos humanos e materiais para se trabalhar as questões levantadas com relação ao preconceito de outros detentos e dos próprios funcionários do sistema penitenciário. E discutiu a proposta de,

junto com o CRLGBTT, realizar capacitações com a equipe de unidades prisionais existentes no Piauí.

No convite para esta reunião, houve a contribuição com material de Higiene Pessoal e roupas, seguindo a orientação de uma tabela específica da Secretaria de Justiça.

Passados uns dias depois dessa reunião, recebi em grupo pessoal de Whatsapp um vídeo com uma passagem de um programa policial veiculado em Teresina onde aparecia a prisão de Aghata. O repórter, no vídeo em questão, abordava a mesma no momento em que ela estava sendo levada à Central de Flagrantes de Teresina por policiais e dentre outras coisas questionava reiteradamente sobre a identidade de gênero dela, dizia que não sabia se chamava de “ele” ou de “ela”. Enviei o referido vídeo para Maria Laura ao que a mesma me respondeu que já tinham conhecimento dele e que Aghata “*não se esquentava com isso*”.

2.4.3. Encontro 03 – Setembro Amarelo, Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida



Fonte: Arquivo pessoal.

Particpei da terceira reunião em 12 de setembro /2017 com o tema alusivo à Campanha do Setembro Amarelo de prevenção ao Suicídio e convite realizado no Facebook da seguinte forma:

Atenção Travestis e Transexuais!

Convite!

Venho por meio deste convidar para nossa reunião mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais, que será realizada dia 12 de Setembro de 2017, as 9h no Centro de Referência LGBT, este mês vamos abordar em Alusão ao Setembro Amarelo, a Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida, teremos como facilitadora a Gerente de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, a Psicóloga Gisele Martins

Nascimento. Aguardo você lá! Zanelly Bordielli, Maurielly Azevedo, Sabrina Venturine, Sabrina Venturine, Sthephanny Araujo, Licia Anchieta, Emanuely Almeida, Lanna Morallys, Lorranna Brasil, Leonna Osternes, Janelle D'Gonzales, **Maria-Clara Mendes**, Atrapi Atrapi, Marcela Braz, Danillo Amorim, Kate Machado, Luciana Luty, Silvia Medeiros, Rúbia Araújo, Alexya Oliveira, Danny Barradas, Danny Brasil, Danny Aldama, Kauanna Wlasack, Ícaro Leão, Stan Andrade, Sávio Sousa, Guilherme Andrade, Consolação Pitanga, Valdenia Sampaio, Luciana Sena Dentre Outras.⁸

Estava presente Gisele Martins, psicóloga da gerência de Saúde Mental e o encontro foi o que pode se dizer, um encontro mais terapêutico, porque o tema abordava a questão da morte. Houve vários relatos de perdas de entes queridos e familiares entre elas. Maria Laura, por exemplo, falou sobre o suicídio do seu pai e o quanto isso a abalou, uma vez que o mesmo era considerado uma figura âncora da sua família, quer dizer, um pilar que reunia todos da família em sua volta.

Joseane, por sua vez, falou sobre a perda do seu companheiro de muitos anos de convivência, mais de dez anos vividos juntos e após o falecimento do mesmo todo o seu processo de reconstrução de uma “nova vida” sem o companheiro (após a reunião continuamos conversando sobre isso, uma vez que, dentre as meninas, a relação de Joseanne de dificuldade de desligamento do seu companheiro falecido era considerado algo “anormal” baseado, entre outras coisas na manutenção de um rede social conjunta ; Lorrana falou sobre a perda consecutiva da mãe, e depois do pai recentemente . No caso da mesma, todas as perdas ocorreram num período de seis meses. Na primeira reunião do grupo, a mesma me confidenciou seu sofrimento, conforme já descrito, acerca desse processo de luto, onde segundo ela, vivia com os pais e primeiro sofreu pelo adoecimento do pai, porém a morte repentina da mãe a abalou a ponto de “nao querer ir mais pra rua”, ou seja, não se prostituir. Em cerca de seis meses depois o pai dela faleceu também.

A psicóloga Gisele discutiu acerca do tema suicídio fazendo referência a índices de suicídio dentro da população LGBTT, em particular, população trans. Como os sofrimentos enfrentados por pessoas trans para viverem suas identidades de gênero muitas vezes tornavam-se tão insuportável que levavam a atentar contra suas próprias vidas. Durante o encontro, ela buscou sensibilizar sobre fatores diversos, em especial agravos da saúde mental, como a depressão, na gênese do problema do suicídio. Entretanto, Leona comentou acreditar

⁸ Percebe-se que nesse convite Maria Laura utiliza o dispositivo de marcar de travestis e transexuais e pessoas que colaboram com o movimento LGBTT (no caso duas professoras) presentes em sua rede social, uma forma de chamar a atenção das mesmas para o evento. Aqui ela também marca a minha rede social, o que considerei como uma espécie de confirmação da minha aceitação na participação do grupo.

no suicídio como “falta de Deus” ou fraqueza pessoal, apontando para o discurso da fé como superação de dificuldades pessoais.

Dérika mencionou o sofrimento passado na infância infligido pelo pai, em particular. Ela descreveu que o mesmo a agredia verbalmente, mandava “comportar-se como menino”, chegou a castigá-la fisicamente quando a mesma começou a transicionar, vestindo-se com roupa feminina, afeminando-se. Diante das agressões, a mesma contou que viu-se compelida a sair de casa e, dessa forma, inseriu-se no mercado sexual como uma forma de garantir a própria sobrevivência.

Houve uma discussão sobre o quanto esse sofrimento passado por Dérika é frequente para muitas das travestis e transexuais que enfrentam, da própria família, a não-aceitação e até a violência quando começam sua transição em fases da vida nas quais ainda não podem ser aproveitadas em um mercado de trabalho formal, como na adolescência. Por transição quero dizer aqui o que elas mencionam que é o assumir o comportamento da bicha efeminada ou o ser “gayzinho”, “viadinho”, isto é, ter sua orientação sexual assumida em casa, ter comportamentos de um ‘devir mulher’, mas não necessariamente já se vestir ou realizar alguma transformação corporal propriamente dita. Algumas vezes já se “montam” escondidas ou fora de casa.

Sobre a questão da repercussão do tempo para iniciar a transição, Silvia comenta comparando a história de Dérika com Lorrana, que iniciou a transição já mais velha, tendo cerca de 40 anos, sobre como para a segunda esse processo deveria ter sido mais complicado. Nessa comparação desses dois tempos de transição Silvia apontou para as marcações corporais em relação a idade, no intuito de pontuar que, quanto mais cedo se inicia a transição mais próximo de uma feminilidade desejada se conseguiria chegar. Um processo de transição mais tardio repercutiria em uma maior dificuldade para “formar corpo”, o que, no caso daquelas que se prostituem, até de ganhar mais dinheiro.

Na ocasião, Leona rebateu o comentário de Silvia atrelando a condição financeira de algumas travestis e transexuais à prostituição. E dizendo sobre Silvia⁹: “*A bicha é rica, nem precisa se prostituir*”.

Silvia discute sobre a existência de um “padrão” também entre travestis e transexuais quanto às vestimentas. Ela falou sobre ela mesma ter que escolher um determinado tipo de roupa para usar quando ia às reuniões do grupo. “*Eu não posso botar qualquer roupa pra vir pra cá.*” E admirava as que eram mais “ousadas” como, no dia, considerou Lorrana (ela

⁹ Silvia é cabeleireira, dona do próprio salão.

estava com um vestido justo e curto, usando peruca e salto alto) e Kauanna (usando um vestido também curto, justo ao corpo, que tinha as costas a mostra) mencionando e comparando o estilo de roupa que tem que botar pra sair de casa pra ir de dia para a Reunião , com roupas para outras ocasiões.

Sobre essa questão da vestimenta e sua representação, Benedetti(2005) nos diz que:

A vestimenta constitui uma eficiente forma de comunicação. Determinada combinação de peças, com cortes, tecidos e cores específicos, transmite símbolos que informam aspectos essenciais daquela pessoa e situação, como o sexo, o gênero, a posição social, a classe, a idade, o tipo de evento em questão, etc. As roupas constituem, portanto, linguagem (BENEDETTI, 2005, p. 67).

Na ocasião, Joseanne faz uma comparação com as mulheres cisgêneros na questão das roupas: *‘é que nem mulher, se usar roupa curta demais, ou determinadas roupas vão dizer que ela é puta’*. Isso aponta pra existência percebida dentro do grupo de padrões de comportamento do que seria adequado pra uma travesti, para uma travesti que sai de dia, para uma travesti que frequenta reuniões no Centro, deixando claro que a escolha das roupas que usam também informa sobre elas entre elas mesmas.

Por fim, após essas repercussões, retomou-se a fala para a psicóloga convidada e procedeu-se a finalização do encontro.

2.4.4. Encontro 04 – Apresentação do projeto de pesquisa ao Grupo



Fonte: Arquivo pessoal

Tendo foco uma perspectiva de realizar uma “antropologia polifônica” (OLIVEIRA, 2000, p. 30), que ofereça espaços às vozes dos múltiplos sujeitos que compõem o cenário da pesquisa sem subsumi-los ao “nós”, foi proposto ao grupo um espaço para que eu apresentasse o pré-projeto da pesquisa em uma das reuniões. A intenção era partilhar os objetivos da pesquisa e tentar construir junto com elas algumas estratégias possíveis. Após acordado junto a orientadora, entrei em contato com Maria Laura, que concordou e cedeu um espaço dentro da reunião mensal de março. O convite para essa reunião foi assim divulgado: Atenção Travestis e Transexuais!

Venho convidar, para nossa reunião mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais, que será realizada dia 13 de março de 2018, no Centro de Referência LGBT - SASC, a partir das 9h da manhã, este mês estaremos abordando a importância que tem o uso do nome social para a vivência da nossa população, quais são os avanços e desafios, que perpassamos nesta seara, teremos apresentação da proposta de pesquisa Acadêmica da Psicóloga e mestranda de Antropologia **Maria-Clara Mendes**. Aguardo Todas e Todos. Joseane Borges, Emanuelly Almeida, Zanelly Ohio, Maurielly Azevedo, Janelle D'Gonzales, Marcela Braz, Sabrina Venturine, Lanna Morallys, Leonna Osternes, Lorranna Brasil, Danny Aldama, Camille Sousa, Luciana Luty, Rúbia Araújo, Silvia Medeiros, Guta Duarte, Ícaro Leão, Carlos Eduardo Farias, Benício Fernandes, Guilherme Andrade, Yan Damasceno, Licia Anchieta, Danny Barradas, Consolação Pitanga, Kauanna Wlasack, Alexya Oliveira, Alexya Silva, Thayslla Emanuelly, Atrapi Atrapi, Francielly Santos.

Na data (13/03/2018), realizei uma apresentação oral com ajuda de um material organizado em slides. Eram 12 slides que apresentavam a seguinte ordem de conteúdo: 2 slides iniciais apresentando de uma maneira bem sucinta o que é Antropologia; um terceiro slide intitulado Corpo & Gênero onde se problematiza o que é ser homem, o que é ser mulher e apresentava, de uma maneira geral, a Teoria Queer; no slide seguinte apresentou-se conteúdos sobre o Nome e o Nome Social; e nos demais slides questões específicas da pesquisa como o problema de pesquisa, os objetivos, a metodologia.

A apresentação do slide Corpo & Gênero e a tentativa de discussão do que estava ali proposto gerou um claro incômodo entre algumas participantes. Diante da presença do termo *Queer*, houve o relato de uma não identificação com uma “categoria” queer, como expresso na fala de Maria Laura.

Aqui não, ninguém é *queer*. Nós somos travestis e transexuais. Nós identificamos dessa forma. Nós respeitamos e até aceitamos no nosso movimento, mas na hora de brigar pelo seu direito, cada uma que organize a sua pasta. (Maria Laura)

E procedeu a uma justificativa de se identificar como travesti porque “*apesar de me identificar com o gênero feminino, eu não tenho nenhum problema com o meu corpo*”,

apontando o conceito de transexual, desta forma, como sendo aquelas que sentem a necessidade de fazer a cirurgia de redesignação sexual.

Seguimos a apresentação e o conteúdo sobre os nomes foi mais bem recebido. Janelle, que é transformista, contou que seu nome foi escolhido no início da sua carreira junto com um amigo, que disse que ela precisava de um nome glamouroso para se apresentar e buscou entre nomes de artistas internacionais. Desde então, ela disse que manteve esse nome e o sobrenome artístico dado pelo amigo. D'érika disse que construiu seu nome na época em que estava na moda as músicas de discoteca, e assim inventou esse nome. Já Joseanne disse que esse nome era o nome escolhido pela mãe caso “tivesse uma filha”. Como ela gostava do nome, quando transicionou decidiu adotá-lo.

Todas as participantes do Grupo no dia, quando questionadas, disseram possuir a Carteira do Nome Social. Maria Laura, Joseanne e Janelle disseram ter experiências exitosas com a carteira. “*Ser bem aceita*” quando apresentam. Depois houve um detalhamento de que essa aceitação, em alguns casos, implicava a apresentação de tanto o documento no nome social quanto o registro civil (a R.G.). Também foi apontado que, no início do funcionamento do decreto regulamentador das carteiras do nome social, as primeiras que foram tirando foram exemplos de resistência para outras, pois foi pelos relatos de episódios em que insistiram em valer seu direito de utilizarem o documento, apesar de recusa de alguns espaços em considerá-lo, que outras foram se ‘inspirando’ a assim fazê-lo também.

Após finalizar a apresentação solicitei que se haviam considerações acerca do projeto de pesquisa proposto. Primeiro questionei se a referência utilizada até então (pessoas trans) as representava apropriadamente, qual a opinião delas. Segundo Maria Laura, o uso do termo trans poderia levar a uma confusão “*com a abreviação apenas de transexual, portanto, dado toda a luta política de afirmação da identidade travesti – o melhor, o mais adequado é dizer mesmo travesti e transexual*”¹⁰.

Uma consideração feita por D'érika foi o questionamento da relevância do estudo ‘para o dia-a-dia’ dela, o que mudaria na vida dela. Foi quando falou das pessoas que passam pelo grupo para fazer pesquisas e que ela se sente tratada como o ser do filme ‘A forma da água’. Maria Laura reiterou o questionamento de Dérika apontando o fato de ser comum estudantes fazerem pesquisas no CRLGBTT e, no entanto, não apresentarem retornos sobre seus trabalhos, o que não contribui para que mais políticas públicas possam ser implementadas para a população de travestis e transexuais. Assim questionou sobre a

¹⁰ Ao longo do trabalho, então, procurei respeitar o que foi apontado.

contribuição possível da pesquisa nesse âmbito da construção de políticas públicas para pessoas travestis e transexuais.

Impactada é um bom termo pra descrever minha situação ao fim dessa apresentação. As atividades do encontro tiveram continuidade porque ainda havia uma pauta interna a ser discutida (a apresentação de Emanuelyly como nova Secretária do GPTRANS – Grupo de Piauiense de Travestis e Transexuais, função anteriormente acumulada por Maria Laura).

Ao fim do encontro, eu e Maria Laura acordamos de que ela passaria os contatos das participantes que concordassem serem entrevistadas conforme havia proposto a elas como etapa da pesquisa. Depois dessa reunião, participei de um novo encontro em maio.

Abro aqui um parêntese na apresentação dos encontros do Grupo para discutir o que alguns autores apontaram acerca de uma tensão existente entre movimento LGBT e os estudos *Queer*, bem como, da tensão que engloba também o movimento LGBT e a academia.

Pelúcio (2014) aponta que, diferente do que se passou nos Estados Unidos, os estudos *queer* entraram no Brasil pela universidades, ao invés de ser expressão política vinda do movimento social. Segundo ela, a produção teórica de, por exemplo, Preciado e Butler, “não ultrapassou o muro das universidades” (PELÚCIO, 2014), ou seja, mesmo consagradas no ambiente acadêmico, não chegaram a influenciar diretamente o movimento LGBTT no Brasil. A autora analisa ainda que, os estudos *queer* começaram a ser referenciados no Brasil no mesmo momento em que vivia um fortalecimento de políticas identitárias. De maneira que uma teoria que se proclamava como não-identitária parecia “potencialmente despolitizante” (PELÚCIO, 2014).

Não tardou para que algumas lideranças do movimento LGBT brasileiro, muitas delas formadas na militância da luta contra a aids, pronunciassem contra ‘os queer’. Isto é, não propriamente contra um conjunto de proposições teóricas, de fato, pouco lido fora do ambiente universitário, que dirigiam recusas e acusações, mas a determinados nomes da academia. (PELÚCIO, 2014)

Os estudos *queer*, para Colling (2015) produzem uma série de críticas ao chamado paradigma da igualdade que é conformador de estratégias consideradas fundamentais para vários movimentos sociais na conquista de direitos e da plena cidadania da população que representam. Esse paradigma defende que todas as pessoas são ou deveriam ser iguais e, por isso, devem ter direitos iguais, sendo essa, geralmente, a lógica de vários ativistas.

Segundo a análise do sociólogo brasileiro Richard Miskolci , citado por Pelúcio (2014), acerca desse panorama de tensões gerado:

Atualmente, quando se diz “nós” no movimento LGBT brasileiro, isto com maior força em alguns Estados do que em outros, parece operar – para aqueles que dividiram o movimento mentalmente em dois grupos antagônicos – um dualismo: “nós” os LGBT em oposição ao “eles, os queer”. Tal divisão entre “identitários” e “queer” pouca diferença faz para o resto da sociedade brasileira, a qual, só conhece um único movimento, o atual LGBT, e esta divisão interna, onde ela opera, esconde uma luta entre os estabelecidos que temem perder sua hegemonia e os supostamente recém-chegados que a ameaçariam. O que está em jogo, portanto, não é o que define o “nós” do movimento LGBT, este nós condenado historicamente a ser reinventado a todo o momento, mas qual o papel do movimento dentro do novo cenário da política sexual brasileira. (MISKOLCI, 2011, p.44 citado por PELÚCIO, 2014)

Sobre o aparecimento da Aids no Brasil na década de 80, Vale (2012) assinala que ela fez surgir o sentido de comunidade entre pessoas travestis e transexuais. A entrada em associações engajadas na luta contra o vírus implicou novas performances e enunciados para elas. Para algumas soropositivas, a confirmação da presença do vírus em seu corpo foi a motivação para o trabalho voluntário voltado a causa. Para as soronegativas, o engajamento nos projetos de prevenção significou uma fonte de renda. “Com o surgimento das ONGS, um novo aspecto nos roteiros sexuais de alguns transgêneros tem lugar: elas agora participam como “lideranças”, “facilitadoras”, “mediadoras culturais”, “agentes de prevenção”, etc. (VALE, 2012, p.214).

Vale (2012) marca a mobilização incipiente de travestis e transexuais como constituidora de redes de solidariedades com preciosas trocas de informações, não só a respeito dos imperativos estatais da prevenção, mas também em termos de um aumento em relação ao exercício da cidadania. Além disso, o autor considera também constituidora de uma imagem mais positiva que elas puderam fazer de si.

Pesquisando sobre a realidade dos ativismos LGBTs na Espanha, Portugal, Chile e Argentina, Colling (2015) elenca oito principais diferenças entre o movimento LGBT e o ativismo *queer* nesses países. Antes de aponta-las aqui, vale ressaltar que o autor define movimento LGBT *mainstream* ou institucionalizado como aqueles que “possuem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração hierarquizada. São os que mais acionam ou são acionados diretamente pelo Estado” (COLLING, 2015, p. 22). Já a definição de coletivos *queer* compartilhada em sua obra assinala-os como não normatizados, com uma organização assembleária, autogeridos por suas iniciativas próprias, demandas, resistências e alternativas. O autor aponta ainda que os integrantes do ativismo *queer* podem estar ou não mais ligados a universidade, mas que o *queer* é visto pela a maioria como demasiado acadêmico.

As diferenças entre ambos os movimentos, segundo Colling, nos países analisados, seriam: 1) o movimento LGBT institucionalizado aposta na conquista de marcos legais (matrimônio, leis como as de antidiscriminação, identidade de gênero, portarias do uso do nome social, etc.). O ativismo *queer* tem como prioridades estratégias políticas através do campo da cultura, pois compreendem que os preconceitos nascem na cultura, sendo as manifestações culturais percebida como mais produtivas (desde que confrontem as normas de gênero e sexualidade instituídas); 2) O movimento LGBT não possui muitas ações promovendo o respeito às diferenças de gênero e sexualidade através do campo da cultura, sendo as políticas públicas em escolas as principais alternativas para o tentar mudar a cultura do preconceito; 3) Através da afirmação das identidades, o movimento LGBT tenta impor que não-heterossexuais e não cisgêneros se enquadrem em uma das identidades da sigla LGBT. Já no ativismo *queer*, a compreensão é de que as identidades são fluidas, podendo novas identidades serem criadas, recriadas e subvertidas constantemente, sem hierarquias entre elas. 4) Para grande parte do movimento LGBT, as pessoas LGBTs precisam uma “representação respeitável”, uma “boa imagem” para conquistar direitos, ou seja, o que Colling considera “uma aderência à heteronormatividade” (COLLING, 2015, p. 241). Ao contrário, no ativismo *queer* rejeita-se a ideia de se abdicar da singularidade em prol de uma “imagem respeitável” diante da sociedade para se adquirir direitos ou tê-los respeitados. Ao invés disso, buscam evidenciar como se constrói e se perpetua tal respeitabilidade (quem é deixado de fora e quem é considerado humano). 5) Com relação à organização e gestão, o movimento LGBT possui representantes (presidentes ou coordenadores) que respondem pelas associações, algumas vezes sem consultar os demais membros que se situam de maneira hierarquicamente inferior, pois são esses representantes que detém o poder de representar o grupo. Colling nota que, em alguns locais, esses cargos são ocupados por muito tempo por uma mesma pessoa, “parece vitalício” (COLLING, 2015, p.242). Nos coletivos *queer* as relações buscam ser mais horizontalizadas. 6) Em relação a ações de desobediência civil, segundo Colling, os coletivos *queer* empreendem atos que podem levar seus integrantes presos ou sofrerem processos judiciais enquanto o movimento LGBT prioriza manifestações, abaixo-assinados, comunicados à imprensa, ofícios. 7) O corpo exacerbadamente sexualizado ou falar explicitamente de sexo vira um instrumento político no ativismo *queer* coisa que não ocorre no movimento LGBT. 8) Por fim, Colling a interseccionalidade que seria mais prevalente entre o ativismo *queer* do que entre o movimento LGBT.

Apesar dessas diferenças apontadas acima, Colling percebe também que existem diálogos entre as duas esferas. Ele aponta que esse diálogo está presente numa maior

tendência do movimento LGBT às perspectivas que dão conta das sexualidades e os gêneros através da cultura e não do discurso médico, biológico ou genético. A evidência disso, para o autor, é a luta pela despatologização das identidades de trans. Além disso, outro aspecto que aponta também esse diálogo é o uso, pelo movimento LGBT, de alguns conceitos provenientes dos estudos *queer*, como o da heteronormatividade, por exemplo.

Existe um ponto em que Colling apresenta uma aproximação e um distanciamento, ao mesmo tempo, entre movimento LGBT e ativismo *queer* que é a afirmação das identidades.

É falsa a percepção de que o ativismo *queer* é anti-identitário ou contra as identidades. Pelo contrário, o ativismo *queer* chega a ser, em determinados momentos, hiperidentitário. A diferença está em quais são as identidade privilegiadas. O ativismo *queer* é hiperidentitário em identidades tidas como as mais abjetas, aquelas que envolvem as *bolteras* / *sapatonas* mais masculinizadas, as *maricas locas* / *bichas afeminadas* e *fexativas*, as não monogâmicas, as pobres, as adeptas de práticas sexuais tidas como não convencionais, as diversas identidades trans, (...). A diferença está na ênfase entre quais identidades são mais afirmadas no movimento LGBT e quais são hiper afirmadas no ativismo *queer* (COLLING, 2015, p.126).

Assim, percebe-se que a rusga entre o movimento LGBT e uma perspectiva *queer* apresenta configurações que dizem muito sobre a recepção da temática do projeto de pesquisa da forma como foi levada até o Grupo, que é uma estratégia do movimento LGBT.

2.4.5. Encontro 05 – Perigos do uso do silicone industrial no corpo humano



Fonte: Arquivo pessoal

Da mesma forma que nos encontros anteriores, também aqui aconteceu o convite pela rede social Facebook:

Atenção Pessoas Travestis e Transexuais!

Venho convidar para nossa reunião mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais, que será realizada dia 08 de maio, as 9h, no Centro de Referência LGBT "Raimundo Pereira", este mês vamos dialogar, sobre os perigos do uso de silicone industrial no corpo humano, teremos como facilitadora a Biomédica Dra Licia Anchieta.
Aguardo Todas.

Joseane Borges, Zanella, Leonna Osternes, Lorranna Brasil, Maurielly Azevedo, Danny Aldama, Sabrina Venturine, Stephanny, Lanna Morallys, Francielly Santos, Consolação Pitanga, **Maria-Clara Mendes**, Ícaro Leão, David Fontinelle, Guilherme Andrade, Carlos Eduardo Farias, Thayslla Emanuely, Emanuely Almeida, Janelle D'Gonzales, Kauanna Wlasack, Alexya Oliveira, Marcela Braz, Adda Lygia Rissope,
Dentre outras.

Atenciosamente

Maria Laura dos Reis

Secretária Executiva do Centro de Referência LGBT "Raimundo Pereira"

Licia foi a facilitadora desse encontro. Ela é uma biomédica transexual que a época atuava em Teresina. Explicou sobre os tipos e riscos do silicone líquido. Houve muita troca de experiências visto que muitas das que estavam presente já tinham feito uso ou conheciam quem já tinha feito aplicação de silicone líquido para construção corporal. O silicone é outro produto utilizado na construção da travesti. O silicone é um caminho imperativo, pois não tem volta: uma vez aplicado, sua retirada é praticamente impossível (BENEDETTI, 2005, p.81).

Como profissional da área, Licia apontou produtos mais adequados para realização de preenchimentos e volumes adequados de aplicação. Um ponto marcante do encontro foi sobre o valor gasto para se “*fazer um corpo*” com esses produtos mais “adequados”, que seriam também muito mais caros e de melhor qualidade. O que foi apontado pelas participantes que, pra maioria das travestis e transexuais, não possuem condições econômicas de construir seu corpo assim.

“*Fazer um corpo*” significa o processo de transformação do corpo da travesti e transexual enquanto que a expressão ‘*toda feita*’ utilizada por Benedetti (2005), significa um corpo já pronto. Existem várias maneiras para de fazer o corpo e alcançar o ‘*toda feita*’: plásticas no rosto, próteses de silicone, aplicação de silicone líquido, hormonização. Essas técnicas mais invasivas demandam um investimento alto por parte das travestis e transexuais.
Assim:

Toda feita, mais que um elogio, é também uma forma de designar as pessoas que se esforçaram nos caminhos da transformação e não pouparam esforços para tanto. [...] *Toda feita* é a expressão que designa o **resultado eficiente**

(*grifo meu*) de todo o processo de transformação e fabricação do corpo, e portanto do gênero, entre as travestis (BENEDETTI, 2005, p. 86)

Diante dessa realidade, o que ocorre é que grande parte delas recorre mesmo ao silicone industrial, considerado arriscado, mas aplicado clandestinamente pelas chamadas “bombadeiras”, “porque *bombar* é o ato de injetar silicone. A *bombadeira* atesta seu nome [...] pelos corpos que foram por ela construídos (BENEDETTI, 2005, p. 81)”.

Por conhecer essa realidade, Licia reiterou que não faz apologia ao uso, mas entende que, se os cuidados de repouso pós-aplicação forem devidamente seguidos, haveria um menor risco de danos. Mas sabe, entretanto, que esse repouso não ocorre porque elas precisam trabalhar, “*ir pra rua*” e ficar em repouso é perder dinheiro. No caso das que vivem em casa de cafetinagem, precisam pagar a diária do lugar também.

Esse encontro me remeteu muito ao primeiro encontro que participei com o tema da hormonioterapia. Em ambos a apresentação dos convidados abordava a existência de produtos no mercado mais seguros ou mais adequados para garantir uma construção corporal menos danosa a saúde delas. Apesar disso, a realidade apontada pela maioria é o uso de produtos mais baratos e às vezes mais perigosos, como no caso do silicone industrial, dado as condições socioeconômicas de muitas. Um outro ponto foi que, apesar de ambas as apresentações dos profissionais apresentarem discursos da saúde, do risco envolvido nos procedimentos que elas adotam, na apresentação de Licia houve uma compreensão, uma interação, mais próxima das participantes.

Nesse mesmo dia, após o fim do encontro, entrevistei Licia na mesma sala da reunião. Ela estava prestes a mudar-se para o Paraguai para estudar medicina.

2.4.6 Encontro 06 – Alteração do Nome no registro civil



Fonte: Arquivo pessoal

Em agosto participei de momentos relacionados com o Grupo e que tiveram como conteúdo o nome das travestis e transexuais. O primeiro foi o próprio Grupo de Convivência e, outro momento, foi um evento na Defensoria Pública do Estado do Piauí.

Aqui chamo atenção para um marco histórico na luta do movimento LGBTTT e na legislação brasileira. Em março de 2018 o Supremo Tribunal Federal – STF reconheceu, por unanimidade, que pessoas travestis transexuais podem alterar o nome no registro civil sem a necessidade de terem se submetido a cirurgia de redesignação sexual, como anteriormente se exigia a sua comprovação¹¹. A medida entendeu, inclusive, que o interessado não necessita se valer de um processo judicial para proceder essa alteração, como também se fazia necessário. Desta forma, estabelecendo que, para realizar a troca do nome e sexo no registro civil deverá a parte interessada se direcionar diretamente ao cartório, bastando, para com provar sua identidade de travesti ou transexual através da autodeclaração. Nessa decisão o STF não determinou prazo para o início da alteração entrar em vigor nos cartórios.

Essa foi uma decisão muito comemorada pela militância LGBTTT, em especial, as travestis e transexuais. Em parceria com Defensoria Pública do Estado do Piauí algumas articulações¹² ao longo de meses começaram desde então a preparar os cartórios para viabilizar essas alterações na prática.

Assim em agosto, a reunião do Grupo de Convivência foi com a defensora Patrícia Monte sobre o tema da alteração do registro Civil, com o seguinte convite:

Atenção Travestis e Transexuais!

Convido para nossa reunião mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais, que será realizada no dia 14 de agosto às 9h, no Centro de Referência LGBT "Raimundo Pereira", este mês vamos dialogar sobre a Alteração de Nome no Registro Civil, para facilitar este momento terá a presença da Defensora Pública Patrícia Monte. Quem tiver o interesse de fazer o processo de alteração, venham participar, que a Defensora irá orientar e colaborar nos procedimentos. Aguardamos Todas.

Emanuelly Almeida, Joseane Borges, Zanelly Mack, Maurielly Azevedo, Leonna Osternes, Lorranna Brasil, Lanna Morallys, Sabrina Venturine, Janelle D'Gonzales, Adda Lygia Rissope, Licia Anchieta, Francielly Santos, David Fontinelle, Ícaro Leão, Guilherme Andrade, Grax Medina, Silvia Medeiros, Jakeline Santos, Luisinho Gomes Silva, Nicole Silva, Rúbia Araújo, Marcela Karine, Sarita Bittencourt, Francisco Das C. Fernandes, **Maria-Clara Mendes**

¹¹ <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>

¹² <http://www.defensoria.pi.def.br/defensoria-publica-do-piaui-requer-junto-ao-tjpi-orientacao-para-que-cartorios-possam-regularizar-nome-de-travestis-e-transsexuais-no-registro-de-nascimento/http://www.defensoria.pi.def.br/defensoria-publica-da-assistencia-as-pessoas-lgbt-no-processo-de-alteracao-de-registro-de-nascimento/>

A defensora Patrícia apresentou, inicialmente, o trabalho da Defensoria Pública do Estado do Piauí, em especial, o Plano de Erradicação do Sub-Registro Civil no Piauí¹³, uma ação da referida instituição que visa regularizar a situação de populações em situações de vulnerabilidade que estão sem o registro civil. Na ocasião a defensora falou sobre a importância dos documentos de um modo geral. Da necessidade de se manter os documentos regularizados para garantir acesso a políticas do Estado, para garantir direitos em vínculos afetivos, entre outros exemplos fornecidos.

Na sequência ela explicou sobre os procedimentos necessários para a alteração do registro civil das pessoas travestis e transexuais. Muitas dúvidas vieram à tona sobre esse tema e sobre outras situações documentais das participantes. Um dos questionamentos foi o de Joseanne sobre se, com a alteração do seu registro civil, a sua certidão de união estável sofria algum impacto jurídico, tipo se seria anulada. As dúvidas foram oportunamente esclarecidas pela defensora que disponibilizou o atendimento da Defensoria e o seu próprio telefone para quem necessitasse de maior esclarecimento.

No mesmo mês foi realizado uma Oficina de Registro Público – Alteração de Prenome e Identidade e Identidade de Gênero, no auditório da Casa dos Núcleos da Defensoria Pública do Estado do Piauí. Esse evento fez parte do calendário da 14ª Semana do Orgulho de Ser. Nele ocorreu a entrega solene da identidade e registro de nascimento com alteração de prenome e identidade de gênero de Monique dos Santos, que é a primeira a receber o documento de forma gratuita.

Karol participou dos dois eventos junto comigo. Antes disso, já havíamos estado no CRLGBTT para que fosse realizado seu atendimento para a emissão da Carteira do Nome Social. Karolzinha, como Maria Laura a conhece no meio trans foi atendida no térreo, em uma mesa colocada em um espaço aberto próximo ao hall de entrada da ACADEPEN. É que o prédio da instituição possui um elevador que não funciona e, desta forma, não havia acessibilidade para Karol chegar ao CRLGBTT situado a dois lances de escadas, no primeiro andar, dado que a mesma encontrava-se de muletas.

No dia do evento realizado na Casa dos Núcleos, a Defensoria disponibilizou um primeiro atendimento para quem quisesse dar entrada no processo de alteração do registro civil via Defensoria. Karol e eu nos dirigimos à sala reservada onde já havia uma travesti e um garoto transexual preenchendo um formulário que havia sido para o atendimento inicial. Fomos explicadas de que se tratava de um formulário inicial para o primeiro atendimento

¹³ <http://www.defensoria.pi.def.br/defensoria-debate-erradicacao-do-sub-registro-com-movimentos-sociais/>

onde se anexaria os documentos necessários para dar entrada ao processo de alteração do registro civil.

O formulário requisitava informações pessoais, dados sócio-econômicos, escolaridade, familiares. Na hora, Karol passou o formulário pra mim para que eu preenchesse, pois a mesma não sabe ler. No entanto, a outra travesti presente virou pra ela e disse “*Mulher, é tu que tem que fazer! É pra ti!*”, enquanto comentava que estava fazendo aquele procedimento sem o conhecimento da sua mãe, mas que seria “*igual a tatuagem, vai fazer e depois mostrar*”. Constrangida com o comentário, Karol deu um riso e pegou de volta o formulário. Olhava pro papel e olhava pra mim e me olhava como que tentando decifrar a resposta, na verdade tentando decifrar o que estava ali. Eu tentava ajudá-la sendo discretamente. Depois de um tempo nesse sufoco, ela decidiu esperar a solenidade começar no auditório mesmo e deixar para uma outra ocasião o atendimento inicial para retificação do seu registro civil.

Nesse mesmo evento houve um jornal local realizou uma matéria de cobertura e chamou algumas das travestis e transexuais presentes para tirar a foto que estampariam a matéria. Estávamos num intervalo para coffee-break quando o jornalista responsável pela matéria convidou para a foto e, as que aceitaram, se deslocando para um outro espaço para fotografar. A mesma travesti que falou com Karol na sala de atendimento chamou Karol para ir junto e esta virou para mim, sem saber do que se tratava, me chamou pra ir junto. Ao que então ela disse: “*Não, mulher! Agora é só as travestis!*”.



Fonte: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/retificacao-de-registro-civil-promove-cidadania-a-travestis-e-transexuais-328217.html>

A solenidade de entrega da identidade e do registro civil de Monique dos Santos, uma militante travesti de longas datas no Piauí foi muito tocante. Para Monique, em seu registro

para o site da Defensoria Pública, sua descrição quanto ao evento foi: “Estou sem palavras. É uma luta de uma vida”¹⁴. A defensora Patrícia, que realizou a entrega dos documentos, durante seu discurso se emocionou, indo às lágrimas ao relembrar sua longa trajetória de acompanhamento da situação de Monique.

2.4.7 Encontro 07 – Planejamento de ações para o dia da Visibilidade Trans



Fonte: Arquivo pessoal

A última reunião que participei foi a de janeiro de 2019. Foi uma reunião mais curta porque foi organizada mais para deliberar sobre o calendário de atividades do Grupo sobre o dia da Visibilidade Trans (29 de Janeiro), algumas decisões internas. Minha intenção de participar era discutir sobre o uso ou não dos nomes das participantes do grupo. Isso tendo em vista toda a luta do movimento para a garantia do mesmo mas também levando em considerando o resguardar da confidencialidade respeitadas num trabalho de pesquisa. Elas não se optaram pela manutenção dos nomes.

Outro ponto que fui discutir foi a sugestão de um retorno ao CRLGBTT pela abertura do espaço para a coleta de dados ali. Expliquei que gostaria de retribuir a oportunidade de realizar a pesquisa ali e propus, baseado em minhas habilidades, organizar um preparatório de inglês para o ENEM ou voluntariar como psicóloga do Centro. Nesse caso acreditaram que o atendimento psicológico seria mais proveitoso para as que lá frequentavam.

¹⁴ <http://www.defensoria.pi.def.br/defensoria-entrega-registro-civil-com-alteracao-de-prenome-a-transexual-durante-oficina-de-registro-publico/>

2.5 Conversando sobre Nomes e a política do Nome Social

Para ROCHA; ECKART (2008), sobre entrevistas, estas apontam que elas se encontram repletas de trocas mútuas, situando-se como elaboração da estrutura de um roteiro de inquietações do pesquisador flexível o suficiente para aderir as situações subjetivas do encontro etnográfico. Ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita (FONSECA,1999, p.64).

Após o encontro onde foi apresentado o projeto de pesquisa, as participantes foram comunicadas do interesse em que contribuíssem individualmente através de entrevistas sobre a questão do Nome social e suas vivências. Ao fim do encontro, foi listado nomes e telefones das que estavam presentes, ao que posteriormente, Maria Laura enviou-me por WhatsApp comunicando que todas estavam de acordo e disponíveis a colaborar.

Entretanto, ao iniciar o contato com as mesmas, muitas não apresentaram disponibilidade para serem entrevistadas fora do CRLGBTT. Motivos pessoais foram apresentados como viagem marcada, familiar doente e até mesmo preferir que a entrevista acontecesse no próprio Centro, quando ofertado a possibilidade de que acontecesse em suas residências, por exemplo.

As entrevistas com Maria Laura e Joseanne aconteceram no mesmo dia, sem que estivessem previamente combinadas uma vez que fui ao CRLGBTT encontrar-me com outra participante, que havia topado ser entrevistada, porém a mesma não compareceu. Nessa ocasião, foi possível fazer o registro em vídeo de ambas as entrevistas. Lícia foi entrevistada após sua palestra em um dos encontros no Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais do CRLGBTT.

2.5.1 Maria Laura

Maria Laura tem 36 anos, é graduada em Logística e está no movimento social organizado desde 2009. Em 2010 concorreu e venceu uma seleção para ocupar uma vaga no Centro de Referência LGBTT disponibilizada especificamente para travestis e transexuais. Desde então, ocupa esse cargo e acredita estar atuando de maneira eficiente o que significa para ela que está conseguindo mobilizar travestis e transexuais, poder público e movimento social.

“venho desenvolvendo um bom trabalho junto a coordenação, correspondendo às expectativas que é organizando, fortalecendo, né a população de travestis e transexuais aqui do nosso estado do Piauí e tou aqui até agora por esse intermédio do movimento social organizado, né e também com esse apoio do poder público.”

Sobre a política do nome social Maria Laura resgatou que a lei estadual de 2009, assinada pela deputada Flora Izabel, não teria como finalidade substituir documentos civis (nem o RG, nem o CPF). Sua finalidade seria “*tratamento*”, “*não passar por situação de constrangimento público*”, “*só é para acompanhamento desses documentos*”. E que em 2011 foi quando se instituiu também a carteira do nome social e a expedição desse documento ficou a cargo do Centro de Referência LGBTTT.

Como uma política Estadual, Maria Laura assinalou que estaria disponível para todas as travestis e transexuais do Piauí que quisessem retirar sua carteira, bastando apresentar a documentação necessária. Entretanto, ela apontou que na capital “*a gente tem mais facilidade de tá expedindo né, porque como elas moram aqui fica mais fácil delas virem até aqui*”. A expedição do documento para quem mora em outro município é em articulação com o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de referência da pessoa interessada.

“Mas a nossa demanda maior mesmo é de Teresina, capital... a gente ainda tá tendo pouca demanda da carteira de nome social no interior.”

Na percepção de Maria Laura, apesar da carteira ser expedida sem custo algum para aqueles que acessam o serviço, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social e financeira da maioria das travestis e transexuais, o fato da baixa procura se deve a “*não publicização*”, “*a falta de publicidade em cima dessa política*”. Ela acredita que “*a gente deveria expandir mais, é... essa informação, esse serviço.*”

A escolha do nome de Maria Laura envolve identificações com personalidades artísticas que têm representações em momentos da sua vida. Também é marcado pela própria entrada no movimento social organizado.

“eu comecei o processo de transição em 2003, né, pra 2004 ... é... na época tava passando uma novela chamada “Celebridade”, inclusive tá...tá reprisando agora, né. E nessa novela tinha a personagem que era a vilã que era a Laura, né, que era vivida pela Cláudia Abreu e eu gostava muito da atriz e também me identifiquei um pouco com a história. Tava perpassando no momento uma história parecida com a dela, né, de... de, embora ela tenha usado, né, de fins escuso pra conseguir se vingar, né”

“No começo eu só era Laura, né. Laura e tinha o sobrenome Leah, que era por causa da Sandy, né, que eu ainda sou muito fã da Sandy, né, porque foi meu processo de adolescência e a juventude foi tudo acompanhando a trajetória de Sandy e Junior... E eu me identificava muito com a Sandy por ela ser muito romântica, feminina, aquelas coisas todas. Então eu gostava muito dela ... e do sobrenome dela também, eu achava diferente:

Leah. Então eu botei Laura Leah. Isso, né, de 2004, quando eu comecei mesmo a transição... já tava mesmo em 2004, até 2009 foi quando eu, né... 2010, aliás, quando eu entrei no Centro de Referência foi que eu resolvi. Eu disse não, eu tenho que adotar um nome mais forte, né, e que me identifique, né. Porque Laura pode ser porque é um nome forte, qualquer pessoa pode usar, mas Leah já é da Sandy, né.. já tem as referências dela... Então eu não quero copiar assim ela, nesse sentido, num é. Copio ainda hoje ela em alguns outros aspectos, né, assim de comportamento, de moral e algumas coisas assim, mas de nome eu pensei que eu teria que pensar de outro nome, num é.”

“Aí então eu resolvi adotar o meu sobrenome mesmo, né, que é dos R. e acrescentar o Maria por causa da música “Maria, Maria”, né, que tem uma letra muito forte, muito bonita, né... Que fala muito é... muito comigo, né, ainda hoje essa musica.”

Como uma militante membro de um equipamento crucial na política do nome social, Maria Laura aponta que foi uma das primeiras a tirar a carteira do nome social no Estado. Porém, quanto a alteração do seu nome no registro civil ela se mantém em dúvida pois considera gostar do seu nome, ele aponta para seu contexto familiar e ela considera-o um nome “unissex”, que tanto pode ser feminino quanto masculino. Desta forma, não se sente incomodada ou constrangida se for chamada pelo nome registrado no documento civil.

“nem sei se eu quero assim porque o meu nome, né... eu não acho ele... é... masculino ..porque ele é ne.. meu nome civil é K. ne, que é então é um nome unissex, digamos assim, eu poderia ser a K. ou o K. né, dependendo da situação , mas como, naquela época eu não tinha essa distinção de unissex.. não sei o quê, e também eu achava .. também já contei a história do nome Laura ne, então eu preferi não ficar com meu nome é.. civil mesmo é... adotar outro nome. Mas assim dentro de um histórico familiar , tudo e tal ne.. que foi o nome que meus pais escolheram pra mim ne e... e eu gosto assim do meu nome. Eu não uso ele mesmo por essa questão de não ser um nome usual né e também ser unissex então eu prefiro usar um nome mais feminino mesmo né que faça referencia.. todo mundo já me conhece como Maria Laura ne ... mas eu não tenho problema se uma pessoa me chamar de K. . Já aconteceu assim algumas vezes em banco, em posto de saúde ...assim essas coisas..eu não me incomodo assim como outras pessoas se incomodam.”

Já sobre sua experiência com o nome social ela disse que é respeitado em todo lugar que vai e que nunca teve problema. Mas acredita que, apesar da sua experiência pessoal, deve lutar enquanto movimento, militância, poder público.

“Mas eu luto para que a política do nome social seja instituída porque é uma luta do movimento , é uma luta pela militância , é uma luta do poder publico ne da parte LGBT e eu acredito que ela tenha que ser ne efetivada . Eu luto por ela embora eu não acesse né, muitas vezes .”

2.5.2 Joseanne

Joseanne, 33 anos, se auto intitula transexual, é recém-formada em Serviço Social. É viúva após um relacionamento, heterossexual, de mais de 10 anos. Tem longos cabelos

cacheados e não apresenta intervenções corporais como próteses de silicone ou silicone líquido, construindo seu corpo com manicure, vestimenta feminina, uso de adornos, maquiagem e hormonioterapia.

É funcionária da SASC – Secretária da Assistência Social e Cidadania, dentro da Diretoria de Direitos Humanos e se articula com o Centro de Referência LGBT para executar a política pública LGBT no Estado do Piauí, ou seja, tem um cargo político dentro da máquina gestora do Estado. Entrou na SASC em 2008 após um ano como militante. E descreve o que seria um padrão de militante x um padrão de gestor público.

“porque quando a pessoa é só militante, ela tem uma força bem mais ampla, bem maior.. e uma garra, uma sede bem mais é... bem mais é... com mais vontade, entendeu? Ela tem mais vontade de fazer a coisa acontecer porque ela tem a coragem de lutar e de brigar pelos seus direitos...é... não que o gestor não faz, mas o gestor ele já tem que ter uma.. uma ética bem maior pra poder os trabalhos acontecerem pra poder convencer a gestão de tá executando as políticas públicas.”

E, assim, ela se identifica como acumulando ambos os padrões *sendo* gestora e militante, “*mas hoje eu ainda sou militante, apesar de ser gestora, eu ainda estou militante*. Como gestora, ela aponta seu papel agenciador na implementação da política do nome social.

“O nome social foi uma luta desde quando eu entrei no movimento. Já.. já vinham as brigas dos militantes pela questão do reconhecimento do nome social da população trans, então, eu entrei pra reforçar essa luta pelo reconhecimento do nome social, o qual ainda em 2006, 2007, 2008 a gente ainda não tinha nada que pudesse respaldar esse nome social aqui do Estado do Piauí, mas nós tínhamos já algumas resoluções como, por exemplo, a da SASC. A própria SASC que executava... sempre executou... a política pública LGBT, ela já tinha uma portaria do nome social, mas era somente uma portaria, ou seja, ela poderia ser extinta a qualquer momento. Mas era o que dava impulso a que as populações de travestis e transexuais procurasse é... reivindicar mais e mais. Então... era o que dava certo. E, depois da minha entrada dentro do governo é... junto com a militância de travestis e transexuais, a gente ganhou um impulso bem maior e ganhou mais estrutura pra tá reivindicando esse é... é... esse tão sonhado nome social.”

Foi difícil conseguir que Joseanne saísse desse “padrão gestora”(inclusive como sua entrevista foi filmada, ela permanecia constantemente olhando pra câmera, aparentemente preocupada com a sua imagem e em falar o que se esperaria que ela dissesse enquanto “gestora”) e pudesse contar sobre sua experiência própria. Mas afinal, ela, que hoje já tem quase todos os documentos retificados, “*só falta a carteira de trabalho, que é o mais difícil*”, disse que desde muito pequena se entendeu como uma mulher transexual e que a partir daí sabia que queria ser a Joseanne. Primeiro o nome era um segredo não revelado a família, e no processo de aceitação do nome ele antes foi tido como um “apelido”, ou seja, um nome não oficial. Os amigos na escola foram o primeiro espaço social de inclusão de Joseanne como Joseanne.

“o meu nome social... que hoje é meu nome civil , eu retifiquei, eu consegui retificar... ou seja, então o nome social já ficou pra trás,mas eu sempre... eu desde quando eu me entendi como cidadã trans , como mulher transexual , eu sempre me identifiquei como Joseanne... apesar de muito novinha , é... 10, 11 anos de idade eu já sabia que eu queria ser a Joseanne, eu já me identificava como tal ... não podia falar na frente da família, mas nas escolas, eu já falava ... apesar de as pessoas ainda não respeitarem esse nome social, eles tinham como apelido . Então... eu consegui tá levantando toda essa construção , fazendo esse trabalho de advoca-se(?) dentro da minha escola , dentro do meu leque de amizades pra que eu pudesse ser respeitada como tal.”

Assim, ela aponta uma constituição do seu nome social como uma luta particular, travada diante do seu contexto de vida, bem antes de qualquer conhecimento de militância. A manipulação do nome, o nome “artístico”, a supressão de sobrenomes, os apelidos, etc., são formas de enfatizar ou marcar a individualidade, de sublinhar a particularidade (VELHO, 1997, p.27).

Para ela, o nome social é um grande tabu ainda porque “*tem pessoas trans que querem o nome social na carteirinha, mas tem pessoas trans que não querem o nome social lá na carteira de identidade civil*”. E acredita que, apesar de uma divulgação da política do nome social através de conferências, campanhas educativas, a maioria da população de travestis e transexuais não conhecem ainda essa garantia de um documento reconhecendo o nome social, pois algumas delas chegariam mesmo a se esconder da sociedade.

“porque tem ate mesmo travestis e transexuais que elas são bem mesmo é... elas vivem de modo bem mesmo restrita assim elas não gostam de se mostrar ...isso pelo medo do preconceito, pelo medo da truculência do Estado , das pessoas preconceituosas , homofóbicas, lgbtfóbicas então elas, elas ...tentam tá ao máximo possível escondidas da sociedade. [...] Elas não se sentem a vontade pra tá procurando o serviço pelo simples fato, pelo simples medo de ter é...alguma , alguma atitude preconceituosa com ela mesma.”

Nisso Joseanne retifica a ideia de que existe ainda muita luta da população de travestis e transexuais acerca do nome social e/ou da retificação do nome civil, apesar da conquista em lei do documento da Carteira do Nome Social e da decisão do STF sobre o registro civil.

2.5.3 Lícia

Na época da entrevista Lícia tinha 27 anos, se identifica como travesti. Ela é teresinense e é biomédica. Formou-se em uma faculdade particular e atuava em um hospital, em clínicas de medicina estética e em um consultório particular.

Sobre seu nome ela conta que mudou apenas o prenome porque passava por constrangimentos quando ia, por exemplo, em consultas médicas. Lícia começou sua

transição aos 23 anos, ela possui próteses de silicone e outras aplicações de silicone líquido no região das nádegas. Mesmo após a sua transição ela conta que algumas pessoas ainda a chamavam pelo nome masculino e que “*não que eu me incomodasse, mas as pessoas ficavam olhando e as vezes realmente ficava uma coisa chata*”.

“uma vez eu fui ao neurologista né e aí, eu já tava transformada né.[...] a moça, a recepcionista ela não teve o cuidado de me perguntar como eu gostaria de ser chamada né... um erro dela , grotesco dela .Mas eu acho que não ficou feio pra mim, acho que ficou feio pra ela porque mostrou a ignorância dela, entendeu? Então ela me chamou R. e aí todo mundo ficou olhando né quando eu passei né... mas, enfim... aí eu fui me consultei com o médico... o médico, sim, me perguntou como eu gostaria de ser chamada e tal... Foi, foi legal ... Mas pra mim foi importante porque quando eu vou pro aeroporto eu num mostro mais a minha identidade normal , eu mostro sempre a carteira de identidade social.”

Para conseguir a emissão do seu documento com o nome social, ela diz que tomou conhecimento pela internet, através da divulgação de postagens que as representantes do Centro de Referência LGBTT fizeram informando sobre essa garantia. Na sua perspectiva, esse documento é uma necessidade, pois apesar de não se incomodar com o nome, ela crê que os outros é que são ignorantes porque “*não querem reconhecer aquilo que tá sendo visto aos seus olhos*”.

O nome Lícia foi escolhido por ser “*simples e inesquecível*”. Remete a uma namoradinha que teve quando jovem, quando segundo ela, tentou de tudo para não ser travesti, até namorar essa menina, com quem nunca chegou a ter uma relação sexual.

“não chegou a ser uma homenagem que eu fiz a ela, não... mas Licia é um nome muito peculiar, diferente da maioria porque a gente tem sempre costume de ver as meninas com nomes esquisitos né, estranhos...e eu queria uma coisa que fosse simples e inesquecível e que marcasse as pessoas. E como ela marcou a minha vida de certa forma né, então eu cheguei a esse nome de Lícia e aí ficou né. Era pra mim ter colocado Amara Régia porque o meu pai sempre sonhou em ter uma filha e quando tivesse uma filha ela iria se chamar Amara Régia, mas aí, mulher, infelizmente num... Amara Régia num deu certo não ...num ficou bem , não combinou comigo . Aí eu coloquei Lícia, mas foi assim que eu cheguei porque eu namorei uma menina que foi muito especial pra mim chamada Lícia.”

Com o documento do nome social, Lícia aponta que nunca passou nenhum problema porque é “*conhecida na cidade*”. Ou seja, a sua identidade, o fato das pessoas a conhecerem chega antes da apresentação do documento de fato. O que ela vivencia é uma curiosidade das pessoas para verem a carteira do nome social.

Quanto a retificação do registro civil ela acusa a burocracia da papelada necessária aliada a sua vida muito atribulada impedindo-a de realizar tal ato, a despeito de sua vontade, principalmente porque ela estava com planos de viajar para fora do país e “*na hora que chegar no aeroporto, pra fazer a viagem internacional vão me encaixar como prostituta, infelizmente*”.

Para ela, muitas travestis e transexuais não tiram sequer o documento do nome social porque, durante o dia a exposição dos corpos de travestis e transexuais gera um incômodo na sociedade.

Incômodo esse que ela também acredita ser provocado, as vezes, pelas próprias travestis e transexuais em suas maneiras de vestir.

“não é fácil sair durante o dia e resolver algum problema porque as pessoas são maldosas, algumas pessoas olham, não sabem ser discretas... Se bem que algumas também cooperam com isso, né. Porque eu acho que tudo tem um traje específico pro horário que você vai sair, mas é muito chato. Então eu até entendo o motivo de elas não se disporem a ir ...é de dia.”

2.6 O que esse cenário pode nos mostrar

Segundo Bourdieu (1996) o nome próprio é uma das instituições mais evidentes que o mundo social tem de totalização e unificação do eu. O nome próprio, considerado pelo autor uma forma “inteiramente singular de *nominação*” (BOURDIEU, 1996, p.186) institui, segundo o mesmo, uma identidade social “constante e durável”. O nome próprio é apontado ainda por Bourdieu como um ‘designador rígido’, um suporte daquilo que chamamos estado civil, “conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade, etc) ligado a pessoas às quais a lei civil associa efeitos jurídicos e que *instituem*, sob a aparência de constatá-las, as certidões de estado civil (BOURDIEU, 1996, p.188).

Butler com sua teoria da performatividade aponta a nomeação como um exemplo primoroso de como o poder enquanto discurso pode ser performado. Através do questionamento sobre se existe um ser antes do nome, uma vez que nenhuma identificação prévia da pessoa com o nome é exigida, ela aponta o poder de constituir que existe no nome próprio. O sujeito “existe” através da sua capacidade de ser reconhecido por um nome, e ser nomeado coloca o sujeito em relacionamento com outros. Para Butler, o processo de se tornar um sujeito no mundo está intimamente relacionado com a imposição de nomes e classificações, que teriam o efeito assim considerado por ela como “uma subordinação primária ou, violência primária (1997)”.

Sobre essa violência, Benson (2006) aponta o efeito alienante da nomeação de escravos por seus donos nos anos 1800 na Grã-Bretanha e na América, trazendo a tona o poder danoso do ato de nomear. A partir da concepção lacaniana de “The Name of the Father”, o Nome do Pai, Benson analisa que, de forma análoga, os escravos também eram nomeados por aqueles que exerciam controle sobre eles, ou seja, “the Father” (no sentido de incorporar a lei e a autoridade paternalística). E, mesmo depois de livres, possuíam sobrenomes que carregavam traços das suas histórias de sofrimento. Isso o levou a concluir que ninguém nunca pode realmente nomear alguém. The naming of slaves is evidence of a performative act

by which discourse produces injurious effects (BODENHORN & VOM BRUCK, 2006, p.18) (A nomeação de escravos é uma evidência de um ato performativo no qual o discurso produz efeitos nocivos, *tradução própria*).

Dessa forma, analisando as experiências de nomeação apresentadas pelas travestis e transexuais, no tocante aos seus nomes próprios, podemos perceber de uma maneira clara como esses nomes “civis” performam essa “violência originária” uma vez que eles também não se fixam (*attach*) às identidades dos nomeados. Ao receberem seus nomes “civis”, Maria Laura, Joseane e Lícia são chamadas a performar de acordo com eles e os significados e referências inculcadas no processo de doação desse nome a cada uma delas por seus familiares.

Além disso, uma outra subordinação que coexiste com a nomeação, em nossa sociedade moderna, é a documentação desse nome, apontando a sujeição ao poder do Estado em determinar quem é o quê, de controlar quem é cidadão e quem não é. Esse nome dado precisa ser registrado em um documento conforme a solicitação do Estado. No Brasil, a “certidão de nascimento” é o “ponto de partida da vida cívica de qualquer brasileiro” (DA MATTA, 2002, p.58). Esse documento, que deve ser retirado nos primeiros dias de vida pelos pais ou responsáveis, liga “oficialmente o nome da criança perante o Estado, um elemento importante na construção da pessoa no Brasil. (...) Esse papel mostra que a pessoa tem um *pater* e conseqüentemente um nome de família.” (DA MATTA, 2002, p. 58). Assim, a documentação de nascimentos constitui as pessoas no Brasil, em especial, para o Estado que determina a materialização de um nome, uma identificação de gênero, uma relação de parentesco e uma vinculação daquela vida em algum tempo-espaço.

Por outro lado, o processo da auto nomeação apresentado nas construções dos nomes sociais das travestis e transexuais aponta uma outra dimensão performativa: o nascimento das suas identidades através da ruptura da norma dos gêneros, através da conjunção de uma pessoa (de um corpo) com um nome próprio (uma personalidade). In conjoining name and body it is producing and reproducing an identity (LAMBEEK, 2006, p.125) (Através da conjunção entre nome e corpo produz-se e reproduz-se uma identidade, *tradução própria*).

Lambek, em sua etnografia no Madagascar, debruçou-se sobre questões como a identidade do nome e a possibilidade de auto nomeação. Analisando a tradição dos espíritos falantes de Mayotte em rituais de possessão, ele traz a tona o poder nos nomes ditos. O autor propõe que os espíritos se constituem a partir da auto-nomeação que ocorre no clímax do processo de cura onde há o anúncio do nome do referido espírito incorporado. Como os hospedeiros (*hosts*) encontram-se temporariamente fora do controle de seus corpos, pois encontram-se em transe, o espírito legitima sua presença através de cerimônias planejadas

para ajudar pessoas aflitas que o buscam. O fato de se auto-identificarem ao fim do ritual implica que de nenhuma forma seu nome foi dado por alguém de maneira arbitrária, implica que o espírito está revelando uma identidade própria que sempre existiu, desta forma, distinguindo-o do seu hospedeiro com quem se relaciona.

The name is a significant marker of the spirit's identity, both as a descriptive referent and manifestation of the its existence. Spirits, then, are prime examples of the discursive construction of objects that become 'embodied' during acts of possession. (...) 'the process of naming [themselves] amounts to the very act of their constitution'(Laclau 1989:XIV)" (BODENHORN & VOM BRUCK, 2006,p. 18) (O nome é um marcador significante da identidade do espírito, tanto como uma referência descritiva quanto como uma manifestação da sua existência. Espíritos, assim, são exemplos primordiais da construção discursiva de objetos que se tornam 'encorporados' durante atos de possessão. (...) 'o processo de nomear (se) perfaz o próprio ato de sua constituição', *tradução própria*)

A partir dessa análise de Lambek, podemos referir ao processo das escolhas dos nomes de Maria Laura, Joseanne e Lícia, por exemplo, como um ato performativo da própria constituição de suas identidades. Muitos relatos de travestis e transexuais dão conta de caracterizar a travestilidade ou a transcondição como um algo interno do qual elas não conseguem fugir, não conseguem explicar, algo que sempre esteve ali com elas e que se manifesta. A despeito de como constroem seus corpos, os processos de escolhas dos seus nomes sociais constituem as suas identidades travestis e transexuais.

Fazendo uma analogia com o corpo hospedeiro e os espíritos que o incorporam na tradição Mayotte analisada por Lambek, podemos pensar as atribuições corporais e o nome civil das travestis e transexuais como o corpo em transe do hospedeiro que não opera mais o controle sobre o mesmo. E podemos tomar a travestilidade como uma entidade, assim como os espíritos falantes de Mayotte, que assume esse corpo nomeado por outros e que atua em seu meio até se revelar através da auto-nomeação, tal como o nome social. As narrativas sobre os nomes de Maria Laura, Joseanne e Lícia destacam para além da tirania do nome e da nomeação, o empenho na escolha de nomes que revelam identidades.

Um outro ponto que pode ser levado em consideração no tocante a assunção dos nomes sociais das travestis e transexuais é também o processo de *cross-gender naming* analisado por Vom Bruck como uma prática de mulheres de uma dinastia no Yemen. Segundo a autora, baseado no fato de que as mulheres só poderiam se comunicar livremente com homens que estivessem em uma categoria de "não potenciais maridos" (*mahram*), definida na lei islâmica, tanto seus corpos quanto seus nomes deveriam estar protegidos, pois seriam

considerados “indecentes para revelar” (*‘aurah*). Desta forma, além de usar um véu cobrindo seu corpo, as mulheres deveriam adotar um nome masculino quando em domínios sociais. Vom Bruck aponta que, através do uso do véu e da nomeação, o corpo dessas mulheres não poderia ser sexualizado por homens, concluindo assim que a adoção de um nome masculino poderia ser considerada como uma maneira de modificar o corpo. Além disso, ao sustentarem nomes masculinos ou *double name* (nome duplo) essas mulheres podiam gozar de certas formas de agência feminina, sendo conectadas a espaços tanto dentro quanto fora do círculo do parentesco.

Vom Bruck propõe, a partir dos seus dados que, “through the use of *cross-gender names* Yemeni women have occupied masculine positions in relation to non-mahram without ever representating themselves as male agents” (Bruck, p. 6) (“através do uso de *nomes cross-gênero* as mulheres do Yemeni ocuparam posições masculinas em relação a non-mahram – homens potenciais maridos, ou seja, homens com os quais elas não possuem parentesco – sem jamais se representarem como agentes homens, *tradução própria*). Contestando assim, em sua análise, a afirmação de Butler de que “cross-gender naming inevitably generates a ‘crossing, a transfer of gender’ (Butler 1993:144) so that it is rendered unstable” (Bruck, p. 6) (“a nomeação cross-gênero gera, inevitavelmente, um ‘cruzamente, uma transferência de gênero’ (Butler 1993:144) o que o torna instável *tradução própria*). Ou seja, o que Bruck aponta é que no caso das mulheres do Yemen, os nomes masculinos e seus corpos femininos não tem necessariamente uma relação um com o outro, considerando os nomes masculinos como partes destacáveis (detachable) dos corpos delas. Esses nomes não revelam as identidades dessas mulheres, eles as escondem.

Bruck discorda de Butler quando ela conclui que cross-gender naming serves to destabilize gender (1993: 143, 187, 208) (serve para desestabilizar o gênero, *tradução própria*) em relação ao caso das mulheres do Yemen.

Among Yemeni women cross-gender naming has not produced fragmented gender identities. (...) the Yemeni women who adopted male names have not intended to undermine cultural norms (...). Indeed, cross-gender naming was encouraged and authorized by men. (...) Women acquiesce to norms which, paradoxically, form the basis for legitimizing their agency. (Bruck, p.21) (Entre as mulheres do Yemen a nomeação *cross-gênero* não produz identidades de gênero fragmentadas. (...) as mulheres do Yemen que adotaram nomes masculinos não tinham a intenção de minar as normas culturais (...). De fato, a nomeação *cross-gênero* era encorajada e autorizada por homens. (...) O concordância das mulheres às normas, paradoxicalmente, forma a base para legitimar a agência delas. *Tradução própria*)

Ou seja, no caso das mulheres do Yemen o uso de nomes masculinos, apesar de gerar uma maior agência feminina, nem implica na representação delas mesmas como homens ou torna-as homens, nem é visto, dentro dessa sociedade como algo subversivo, uma vez que encontra-se em conformidade com a norma.

Ao assumirem seus nomes sociais também podemos considerar que travestis e transexuais se constituem atravessando a fronteira dos gêneros e, ao contrário das mulheres do Yemen, se identificam nesse cruzamento, que ajuda a criar também sua pessoa social. No contexto aqui analisado, o processo de nomeação *cross-gênero* se fixa (*attach*) ao corpo de travestis e transexuais, feminizando-os.

Quanto à questão levantada por Butler de que a nomeação *cross-gênero* serve para desestabilizar o gênero, cabe aqui algumas reflexões diante do grupo pesquisado.

Aqui, como também no caso das mulheres Yemeni, percebemos que existe um processo de se nomear que, se por um lado rompe uma barreira ao constituir um corpo com referências de gênero cruzadas por outro lado, se mantém ainda na ordem binária e não desestabiliza tanto o gênero, como apontado por Butler, pois não o torna instável. O que quero dizer é que, travestis e transexuais se autoneameiam de acordo com a matriz binária de gênero, matriz essa que vai determinar nomes como de mulher e nomes para homem. Não se percebe qualquer ambiguidade ou intenção de subverter uma ordem nas auto nomeações que acessamos. Como o caso de Maria Laura, que considera seu nome civil como um nome unissex, porém não o utiliza dentro de sua agência travesti.

Algumas narrativas, como a de Maria Laura e Lícia, por exemplo, apontam para uma tolerância por parte delas quanto a serem chamadas por seu nome civil (relatam não se importar quando isso acontece) o que nos remete aos *double name* das mulheres do Yemen. E nos faz concluir que ter um nome social permite uma agência, nesse caso, travesti, sem, no entanto, buscar a ruptura ou a desestabilização da norma.

O cenário do Centro de Referência LGBTTT, como dito no início deste capítulo, aponta para o espaço de construção de identidades políticas de travestis e transexuais. É um espaço autorizado e, até encorajado pelo Estado, porém, segundo suas diretrizes. Na instituição do documento do nome social temos, de uma certa forma, esse “aval” político para que essas travestis e transexuais possam existir perante a lei. Mas, deixa claro, através da hierarquia dos documentos, que a polaridade masculino-feminino, homem-mulher ainda mantém-se dominante quando, conforme apresentamos também no início deste capítulo, o documento do nome social só tem finalidade no “trato social”, tornando-se suplementar ao “documento mãe”

(DA MATTA, p.59) do brasileiro a carteira de identidade (ou R.G. - Registro Geral) que não podia ser alterada, até então.

Conforme os relatos das travestis e transexuais do Grupo de Convivência, era comum a solicitação de que apresentassem ambos os documentos (carteira de identidade e carteira de identificação do nome social) quando adentravam bancos, lojas e repartições públicas, por exemplo. O que denota o poder de um documento a despeito do outro, uma vez que os mesmos dados que constam da Carteira de Identidade (nome, filiação, data de nascimento, CPF, registro fotográfico em forma de foto 3x4) também constam na Carteira de Identificação do Nome Social (incluindo ainda o número do R.G. e o nome civil).

Um outro fator que chama atenção nessa discussão e presente nas falas de Maria Laura, Lícia e Joseanne diz respeito sobre a dificuldade no acesso aos documentos que podem tornar, se assim podemos dizer, as vidas de travestis e transexuais vivíveis, uma vez que as referenciam como cidadãs, como pessoas para o Estado. Como aponta Peirano (2006) o documento legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado, porém a obrigatoriedade legal de possuir documento também tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos.

Vemos, assim, isso ilustrado nas entrevistas quanto se aponta que, apesar de o Estado ofertar uma política do nome social, algumas travestis e transexuais não a acessam por razões diversas, entre elas o próprio fato da dificuldade de expor seus corpos de dia (mais especificamente de 7:30h a 13h, horário disponibilizado para o funcionamento da instituição governamental encarregada de executar essa política) sob risco da violência simbólica e até mesmo física.

Já no tocante ao processo da retificação do nome civil, que proporciona a alteração do nome na própria Carteira de Identidade, fica claro na narrativa de Lícia o ritual burocrático envolvido nesse processo que envolve a apresentação de várias certidões expedidas por diferentes órgãos do Estado e da Justiça, bem como de todos os principais documentos na cosmologia documental brasileira em frequentes visitas a Cartórios. No caso de Lícia, todo esse ritual pra transformar seu nome social em seu nome civil e, desta forma, significar para o Estado como cidadã Lícia, fez com que ela desistisse desse documento antes de sua viagem para estudar em outro país. Com isso, podemos perceber aquilo apontado por Peirano anteriormente sobre o esvaziamento do reconhecimento social do indivíduo que não dispõe de seu documento, pois, como relata Lícia, não ter seu nome reconhecido no “documento mãe”

do Estado brasileiro faria com que fosse reconhecida como prostituta e não como uma futura estudante de medicina.

Essa discussão aponta o cenário do CRLGBTT como um espaço que não necessariamente busque desestabilizar as normas binárias do gênero, mas um espaço onde (assim como as mulheres do Yemen que com um processo de nomeação que transpõe fronteiras de gênero paradoxalmente atuam segundo as normas e alcançam um poder de agência maior que outras mulheres e outros homens em contextos diferentes) as travestis e transexuais que ali frequentam alcancem uma agência que permite a representatividade dessa população dentro do aparato estatal.

Assim, ao atuar segundo uma ordem, paradoxalmente, elas tensionam essa mesma ordem e fomentam a potencialidade desses corpos políticos na construção de práticas que possam permitir a viabilidade de suas vidas através da maior visibilidade e menor violência, seja ela simbólica, seja ela física.

7. CENÁRIO 2 : KAROL – “A MULHER COM PÊNIS”

Neste capítulo irei me dedicar à análise das experiências vivenciadas com Karol. O objetivo é apresentar a narrativa de uma história de vida onde as construções de um corpo-gênero travesti se entrelaçam com suas experiências com o nome. Estudar histórias de vida nos permite olhar para a diversidade de formas com que os sujeitos se utilizam de símbolos para produzir sentidos sobre si e suas diferenças (BARBOSA, 2010, p. 53). Segundo Bourdieu (1996, p.184), o relato, seja ele biográfico ou autobiográfico propõe acontecimentos que tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis.

Karol nasceu em Teresina, seu nome civil foi escolhido pela tia-avó Luzia¹⁵, que por isso negava chamá-la por Karol (“*Fui eu que escolhi esse nome quando ele nasceu. Não adianta, não vou chamá-lo de outra forma*”). A primeira vez que nos encontramos, eu estava como psicóloga no CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social e recebemos um encaminhamento vindo da Secretaria dos Direitos Humanos com o caso: um adolescente fora da escola, LGBT, morava com uma idosa (sua bisavó), sofria violência. Na época, Karol tinha 14 anos, vivia numa casa geminada com sua bisavó, a quem chamava de ‘vó’, um tio e a esposa do mesmo, de um lado e, do outro, morava a tia da sua mãe, o marido, um filho adolescente da mesma idade de Karol e uma filha de 5anos. Iniciamos o acompanhamento da família, pois haviam conflitos constantes entre eles, inclusive com agressão física.

Karol já não encontrava-se mais na escola e não chegou a se alfabetizar, sabia escrever seus nomes, apenas. Já ocupava o ‘balão do São Cristóvão’, se prostituindo a noite, e já se hormonizava por conta própria através do uso de anticoncepcionais injetáveis que, segundo ela, conseguia na farmácia sem qualquer restrição (“*A moça da farmácia pensa que eu sou mulher*”).

A mãe de Karol é falecida e o pai não a reconhece como filha (nem como filho). Ela possui mais dois irmãos que moram com a avó, mãe de sua mãe, em um bairro em outra zona da cidade e que ela não tem contato. Nessa época, ela possuía apenas um documento, a certidão de nascimento que ficava com essa avó materna. Dizia não querer tirar o documento da identidade porque teria que tirar a peruca que usava para tirar “foto de homem”; perguntava - me porquê ela não poderia tirar a 3x4 ‘do jeito que ela era, menina’. Apesar das

¹⁵ Nome fictício.

explicações formais e de informar sobre a Carteira do Nome Social, ela não levou a sério, ou não percebia ou sentia necessidade de documentos.

Em abril de 2017, aos 18 anos, Karol sofreu um grave acidente de moto onde, foi lançada da garupa do veículo e sofreu fraturas em várias partes da sua perna direita e um grande ferimento no calcanhar do pé direito. Foi encaminhada ao Hospital de Urgência de Teresina - HUT por onde passou por cirurgia para colocação de pinos ortopédicos na região da coxa, próximo ao joelho, e na tíbia. Ao todo, a mesma passou cerca de dois meses internada, havendo passado ainda por mais dois procedimentos cirúrgicos.

Realizei algumas visitas nesse período de internação onde Karol ficou acomodada em um leito separado, sozinha, isto é, nem na ala masculina, nem na ala feminina. Sempre levava algum lanche ou alguma vestimenta ou material higiênico para a mesma. Em uma das primeiras visitas a ela ainda no hospital, levei roupas minhas e um esmalte vermelho. Fora os cabelos trançados pela tia que a acompanhava, Karol não vestia roupas e insistia em se enrolar apenas com um lençol cobrindo seios e demais partes do corpo até seu sexo. Neste dia, ela abriu um largo sorriso ao receber o esmalte e imediatamente pintou as unhas de vermelho.

Segundo Benedetti, (2005, p.55) sobre as transformações *no* e *do* corpo travesti as mãos e a cabeça são as primeiras partes a serem ‘feitas’. O autor aponta que nas mãos inicia-se um trabalho intenso com as unhas. As unhas começam a ser cuidadas com muito esmero e esmalte, produto que considerado ainda associado às ‘mulheres’ em nossa sociedade. Sobre a cor desses esmaltes utilizados pelas travestis, Benetti (2005, p. 56) diz que “a maioria usa frequentemente esmaltes coloridos. Os tons mais utilizados pelas travestis são as muitas nuances de vermelho, que são quase imperativas, e também as cores da moda, ditadas pelo mercado.”

Soube em seus relatos posteriores que o processo de doença e internação de uma travesti havia provocado algumas repercussões dentro da enfermaria ortopédica. A mesma teve que ser transferida para um quarto isolado, pois havia recusado ir para uma enfermaria masculina e, após tomarem ciência da sua condição, as demais mulheres na enfermaria feminina reclamaram a sua transferência. Além disso, Karol acreditava que alguns funcionários não a tratavam bem e que alguns faziam incursões ao quarto ou a visitavam no corredor quando esta sentava lá, apenas para “matar a curiosidade”. Assim, decidiu não sair mais do quarto.

Durante essas visitas no hospital ela me falou sobre sua experiência quando conseguiu sair de Teresina. Desde que a conheci, ela mencionava fazer a cirurgia de transgenitalização (*eu quero ter uma vagina*) e ir para as ruas de São Paulo, vislumbrando um universo onde

conseguiria mais acesso a dinheiro e a construção do seu corpo, como a possibilidade de implante de próteses de silicone. Ela conseguiu clandestinamente, pois ainda menor de idade, sem autorização de qualquer familiar e documentos legítimos ingressar numa viagem de ônibus com outra colega travesti para uma casa em São Paulo onde se abrigam outras trans que fazem programas nas ruas e pagam um percentual do seu rendimento à dona dessa casa, também uma travesti. Ela não sabia precisar endereços e localidades. Diz que conseguiu voltar de lá fugida também, pois a realidade que se apresentou na casa de cafetinagem foi diferente da que ela imaginava, inclusive de ordem financeira- o valor das diárias da casa, quando ela chegou em São Paulo, era maior do que o combinado em Teresina.

No final de junho, após o controle da infecção e a retirada dos primeiros ferros na região da tíbia de sua perna direita, Karol teve alta e retornou para a casa da sua tia-avó no bairro São João (antes do acidente a mesma estava residindo na casa de outros parentes na cidade de Timon - MA). Com isso, passei a frequentar sua casa pelo menos duas vezes na semana. As visitas, em geral, foram acompanhadas por uma amiga enfermeira que topou colaborar realizando os curativos da perna de Karol enquanto eu custeava insumos (gaze, soro fisiológico, óleo de girassol, esparadrapo) que a mesma necessitava. Além disso, me disponibilizei a acompanhá-la em exames e consultas posteriores em unidades de saúde como UPA, Unidade Básica de Saúde e Hospital Lineu Araújo que foram necessários no acompanhamento da lesão.

Sempre ia à casa de Karol depois do meu expediente de trabalho, por volta de 17:50h. Algumas vezes permaneci por lá até 21h, principalmente quando Renata, a enfermeira que aceitou fazer os curativos de Karol me acompanhava, pois a conversa se prolongava mais, já que ambas também se afeiçoaram.

Durante uma dessas visitas fiquei sabendo que a primeira “montação”¹⁶ de Karol foi ainda muito pequena. Luzia, sua tia, contou que quando ela tinha por volta de cinco anos a avó a pegou calçada nos saltos dela e enrolada em papel higiênico como se tivesse trajando um vestido. Ela dançava no quintal de casa. Por conta disso, ela apanhou bastante da avó.

Além disso, como ela crescia “*com esse jeito*” a avó levou em alguns terreiros para que tirasse “*algo*” de dentro dela que tornava-a daquele jeito, no caso, afeminada. Karol recorda de um desses rituais onde uma mulher sacudia a sua cabeça e que ela conseguiu fugir desse ritual, pulando o muro do terreiro.

¹⁶ Montar-se, no pajubá, é o processo de preparação para se apresentar no palco, a produção de roupa, cabelo e maquiagem que, no geral, transformam o artista em outra pessoa.

Foi em uma dessas visitas na casa de Karol também que eu reencontrei B., uma outra travesti que havia atendido no CREAS e, na época ela ainda não havia iniciado sua transição. B. e Karol eram muito amigas e contaram várias experiências juntas do ‘balão do São Cristóvão’. Uma delas foi o ‘truque’ que davam nos clientes onde elas insistiam para que eles pegassem as duas juntas e quando chegavam no motel, uma delas começava a beijar a pessoa enquanto a outra pegava o celular e começava a filmar, ameaçando que divulgariam que ele estava saindo com travestis. Dessa forma, faziam chantagem, pediam dinheiro e não tinham que fazer o programa, não tinha sexo.

Nesse dia, B. falava que também aparecia muita ‘amapô’ no balão que olhava para elas e perguntava se era mulher mesmo e pediam para ver o documento. Eu, que não entendia o pajubá no momento, perguntei a B. o que era amapô. De pronto B. olhou para Karol e o seu comentário para mim foi verdadeiramente em outro idioma. Mais tarde descobri que amapô significava mulher cisgênero.



Fonte: Arquivo pessoal – Eu e Karol, em uma das visitas realizadas.

3.1 Documentando Karol

Para conseguir a emissão da carteira de identidade de Karol, acompanhei-a no Espaço Cidadania localizado no Shopping Rio Poty, em Teresina. O Espaço Cidadania é um equipamento do Governo do Estado do Piauí de unificação de diversos serviços como Detran, Receita Federal, Instituto de Identificação, Tribunal Regional Eleitoral, entre outros.

Com a ajuda da mãe de Renata, a enfermeira que estava dando suporte nos curativos de Karol, chegamos ao shopping em um horário onde o Espaço Cidadania não estava muito

cheio (ela trabalha na recepção do lugar e já tinha conseguido uma senha para a gente). Nessa época, Karol tinha muita dificuldade para deslocar a perna com os pinos ortopédicos e andar de muleta. Então, conseguimos uma cadeira de rodas para que ela ficasse mais confortável no processo da retirada da sua identidade.

Inicialmente, ela estava visivelmente envergonhada. Karol chamava a atenção no lugar, as pessoas olhavam para ela e ela acreditava que era por ela ser travesti. Entretanto, quando as pessoas começaram a se aproximar com curiosidade pra saber sobre o seu machucado, saber se tinha sido moto, como tinha sido, ela voltou a ficar a Karol falante e a vontade.

Quando estávamos na sala para realizar o protocolo exigido do documento de identidade (registro das impressões digitais, assinatura do no nome) ocorreu o primeiro constrangimento. O funcionário do instituto de identificação chamou karol pelo nome masculino e quando apontamos para dizer que era ela, ele deu uma olhada com uma cara incrédula, perguntando: “*É ela?!*”. Depois disso, ainda na mesma sala foi a vez de Karol assinar o seu nome no documento. Essa assinatura ela havia treinado em casa por semanas já que fazia tempos que não frequentava mais a escola. Nesse atendimento, o funcionário era um rapaz mais jovem e como já estava atento ao *frenesi* causado por Karol dentro da sala (tanto por sua perna machucada, quanto pelo episódio na mesa do outro colega) na sua hora de atender foi ele quem se manteve constrangido, desconcertado sobre de que maneira tratar Karol. Percebendo o desconforto do jovem ela disse, então: “*É, eu sou travesti!*”. E depois disso trocaram algumas palavras sobre o acidente como se, magicamente, uma ponte tivesse sido construída através da sua frase.

Neste mesmo dia, tentamos tirar ainda o título de eleitor de Karol. Não havia ninguém na fila aguardando para retirada desse documento e, então entramos imediatamente na sala de atendimento assim que terminamos o protocolo no instituto de identificação. Enquanto o servidor do TRE tentava resgatar o sistema, (segundo ele “*era a segunda vez que caía, não tinha hora para voltar, da outra vez voltou rápido, vamos ver agora*”), ligando e religando o computador e equipamentos começou a perguntar a Karol sobre seu acidente. Foi então, que ele pediu os documentos e, ao ler a certidão de nascimento de Karol ele disse: “*Aqui está dizendo I. M.*”. Mais uma vez ela rebateu. “*É, é porque eu sou travesti!*”. Esse servidor parou por alguns instantes e depois comentou que ela parecia mesmo “*uma mulher de verdade*”. E depois disso, conversou sobre a impossibilidade dela tirar o título de eleitor naquele momento, pois, como constando nos registros públicos que ela era do gênero masculino, para ela tirar o documento eleitoral ela necessitava apresentar o certificado de alistamento militar,

documento este obrigatório para todos os jovens do gênero masculino quando completam 18 anos no Brasil.



Fonte: Arquivo pessoal

Para tirar sua carteira do nome social foi preciso primeiro tirar duas fotos 3x4. Para retirar essas fotos peguei Karol em casa e a levei em um dos shoppings da cidade em uma loja onde tiram e entregam as fotos minutos depois. Ela, como sempre, entrou no carro carregando, além das muletas, seus apetrechos de maquiagem inseparáveis: um rímel e um batom. Afinal, na construção do corpo travesti, a maquiagem tem um papel de destaque: além de ser uma prática historicamente associada ao feminino em nossa sociedade e contribuir para ressaltar ou ocultar determinados traços do rosto, cumpre a função essencial de ocultar os pelos da barba. (BENEDETTI, 2005, p.56). A maquiagem, com todos os produtos, macetes e técnicas, é um fator importantíssimos no processo de construção da corporalidade e do gênero da travesti (BENEDETTI, 2005, p.57).

Já estava toda pronta, maquiada, cabelo pranchado, vestia um short curto e uma blusa de alça. Parei em um ponto do shopping o mais próximo possível da loja de fotos para diminuir seu trabalho de deslocamento. Ao descer do carro ela me disse que eu deveria caminhar atrás dela “*pra cobrir o short curto como um homem faz e eu sou a mulher*”. Dentro da loja, antes de tirar a foto ela se maquiou mais uma vez. Enquanto esperávamos o fotógrafo ela fazia caras e bocas em frente ao espelho.

Nesse dia, depois de recebermos as fotos, Karol conversou comigo no carro, no caminho de volta pra casa sobre ser mulher transexual e a dificuldade para se ter relacionamentos amorosos.

“Eu sou uma mulher... com pênis. Fico triste porque os homens não querem quando sabem que eu tenho... Quando eu fizer a cirurgia eu nem vou falar que sou trans.”

Não havia sido a primeira vez que ela mencionava essa dificuldade para encontrar um parceiro. Por apresentar, de fato, um corpo já bastante transicionado, isto é, um “corpo de mulher com pênis” Karol é fácil e constantemente vista apenas como mulher cisgênero. Diante disso, em suas saídas a noite com amigos ela “ficava” com garotos sem a necessidade de identificar-se como uma pessoa travesti ou transexual. Entretanto, mais atualmente ela passou a se identificar enquanto travesti nesses contatos por medo de, caso não contasse e fosse descoberta, sofrer alguma violência – coisa que a própria família (a tia dela) faz questão de falar. Um episódio me foi narrado em uma das visitas em casa em que Luzia e estava presente. Havia alguns rapazes que, no intervalo do trabalho, iam a pequena venda que Luzia montou na frente de sua casa. Eles moravam também perto de lá e a noite conheceram Karol em um bar do bairro. Na visita seguinte ao comércio de Luzia um dos rapazes perguntou exatamente por Karol ao que Luzia gritou porta adentro “*Karol? Karol só tem essa aqui ó*” – gritando pela filha pequena que chama-se Karoline e dizendo aos rapazes que o nome civil de Karol. Sobre esse episódio, ela falou da vergonha que sentiu por ser “descoberta” e a tristeza por não ser mais desejada, uma vez que depois disso, os rapazes não tornaram a procurá-la.

Ela mantinha uma espécie de “relação prostituída” com um homem a quem ela identificava como “negão”. Com “negão”, Karol saía com uma certa frequência para ter relação sexual, mas também ligava para ele quando precisava de algum dinheiro. Ela dizia que ele era apaixonado por ela, que queria morar com ela, que havia largado uma esposa pela “Karolzinha”; ele realizava algumas vontades dela, principalmente relacionados à comida e dinheiro. Mas também, várias vezes Karol brigava feio e ofendia o mesmo. Quando eu perguntava pra ela porque ela não namorava o “negão”, ela respondia: “*Porque ele é viado, mermã! Ele chupa pau de travesti. Quando a gente sai, ele quer chupar meu pau!*” e chamava-o de “negona”, quando estava brava com ele.

Para pessoas travestis e transexuais é difícil ter relações pautadas pelos “roteiros” comuns à classe média heterossexual. Nada de encontros cercados de amigos, flertes em barzinhos, passeios de mãos dadas em shoppings, saídas para jantares ou reuniões em casas de parentes, como sugere, PELUCIO (2009). Ainda assim, as travestis, informadas dos códigos conjugais heteronormativos, almejam uma vida marital nos moldes instituídos por essas normas: uma casa, marido “homem de verdade”, tranquilidade financeira, trabalho “normal” (que significa fora da noite e da prostituição) e, se possível, filhos (PELUCIO, p.78).

Corroborar com a fala da travesti Megg Rayara, professora da Universidade Federal do Paraná, no evento CONQUEER, na cidade de Aracaju em 2018: “o que para uma mulher branca, cis gênero, feminista é captura (viver numa casa, casar, ter marido e cachorro) para a travesti é subversão. É questão de sobrevivência.”

Tiradas as fotos 3x4, combinamos de irmos ao CRLGBTT no dia seguinte. Fui buscá-la em sua casa, depois do meu horário de trabalho no turno da manhã, por volta de onze horas. Encontrei-a pronta, o que quer dizer, banhada, vestida e maquiada e bem animada. Chegando ao CRLGBTT, o atendimento da Assistente Social teve que ser realizado numa mesa disposta em uma área aberta num pátio no térreo do prédio, pois não havia acessibilidade já que o elevador da unidade encontra-se desativado.

No preenchimento da ficha socioeconômica Karol foi perguntada como se identificava: se era travesti ou transexual. Na hora, a mesma fez uma espécie de deboche “*como assim? Eu sou uma mulher. Não tá vendo?*”, o que fez todas nós rirmos. A assistente social insistiu perguntando se ela era travesti ou se ela queria “*fazer cirurgia pra mudança de sexo*”. Ao que ela respondeu afirmativamente que sempre quis ter uma vagina e foi assim nomeada como transexual na sua ficha. Passadas duas semanas, recebi uma ligação do CRLGBTT, avisando que o documento estava pronto. Ao entregá-la pra Karol, a mesma falou sobre os planos de usar a carteira “*em todo lugar*” para que ninguém a chamasse mais pelo nome masculino.



Fonte: Arquivo pessoal.

Descreve Butler (2018) que “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio

sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.

A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizada de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana e doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, p. 41)

A trajetória da mulher com pênis aqui apresentada representa bem essa situação de precariedade caracterizada pela autora. Tendo suas principais redes de apoio prejudicadas, Karol já carrega em sua história uma gama de violências. Sem sequer possuir documentos, ela era invisível ao Estado e a sua proteção. Além disso, ao tensionar as normas de gênero, mais que invisível ela chega a ser vista em sociedade como “menos humana”, uma abjeção para quem se designa o tempo da noite e o espaço da rua afinal, as normas de gênero têm tudo a ver com como e de que modo podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual (BUTLER, 2018, p.41).

Aparecer em público, de dia, em instituições do Estado foi precisamente o que foi demandado a Karol em ordem de atingir um reconhecimento através da sua documentação. Além disso, mesmo que não necessariamente, frequente reuniões vinculadas a movimentos sociais como o movimento LGBT e as reuniões do Grupo, podemos pensar, a partir do seu discurso, ao obter um documento que reconhece o seu nome e que, de uma certa forma, legitima sua aparência em público, já é um exercício político alcançado por ela, pois, como assinala Butler (2018) o exercício público do gênero, dos direitos ao gênero, já é um movimento social.

8. CENÁRIO 3 - Quando a travesti morre, como nomeá-la? O júri popular do assassinato de Makelly

O terceiro cenário dessa etnografia apareceu quando estava refletindo sobre os redirecionamentos da pesquisa e soube que em 05/10/2017 haveria o julgamento do assassinato da travesti Makelly Castro, um crime que repercutiu bastante na cidade de Teresina. Decidi participar para coletar dados que apresentassem, em uma outra esfera (a do Direito), a relação entre a tríade corpo x gênero x nome. A análise apresentada aqui se baseia na constatação da prevalência do uso do nome civil em detrimento do nome social durante o julgamento em uma comparação com o sistema de nomes da tribo Orokaiva descrita por André Iteanu (2006). Além disso, empreende também uma discussão apoiada na teoria de Bourdieu para o campo jurídico e as relações de poder na manutenção da norma.

O julgamento de Makelly foi um Júri Popular, tipo de julgamento que acontece quando:

O Tribunal do Júri, instituído no Brasil desde 1822 e previsto na Constituição Federal, é responsável por julgar **crimes dolosos contra a vida** (*grifo meu*). Neste tipo de tribunal, cabe a um colegiado de populares – os jurados sorteados para compor o conselho de sentença – declarar se o crime em questão aconteceu e se o réu é culpado ou inocente. Dessa forma, o magistrado decide conforme a vontade popular, lê a sentença e fixa a pena, em caso de condenação.

São sorteados, a cada processo, 25 cidadãos que devem comparecer ao julgamento. Destes, apenas **sete** são sorteados para compor o conselho de sentença que irá definir a responsabilidade do acusado pelo crime.

A vítima, se for possível, é a primeira a ser ouvida, seguida pelas testemunhas de acusação e, por último, as de defesa. (...) Em seguida, o réu é interrogado, caso esteja presente, pelo Ministério Público, assistente e defesa.

Após os depoimentos, começam os debates entre a acusação e defesa. O Ministério Público tem uma hora e meia para fazer a acusação, mesmo tempo concedido à defesa, posteriormente. Há ainda uma hora para a réplica da acusação e outra para a tréplica da defesa.

Ao final, o juiz passa a ler os quesitos que serão postos em votação e, se não houver nenhum pedido de explicação a respeito, os jurados, o escrivão, o promotor de justiça e o defensor são convidados a se dirigirem à sala secreta, onde ocorrerá a votação. A sentença é dada pela maioria dos votos (...). Após essa etapa, a sentença é proferida pelo juiz no fórum, em frente ao réu e a todos presentes. (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81520-cnj-servico-entenda-como-funciona-o-tribunal-do-juri>)

O assassinato de Makelly¹⁷ aconteceu no dia 18 de julho de 2014. Ela foi encontrada morta, com vários hematomas, em um terreno baldio na zona Sul de Teresina, apenas de calcinha. Segundo o laudo do Instituto Médico Legal (IML) Makelly foi morta por asfíxia

¹⁷ <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2019/03/11/caso-makelly-juri-foi-transfobico-afirma-gptrans-e-pede-anulacao-de-sentenca/> ; <http://agoraed.com/site/materia/26470/www.virtex.com.br>; <https://g1.globo.com/pi/piui/noticia/2019/03/13/tribunal-mantem-absolvicao-de-professor-acusado-matar-travesti-makelly-castro.ghtml>

mecânica. O acusado pelo crime (homicídio qualificado por emprego de meio cruel) foi apontado como sendo o professor e jornalista Luis Augusto Antunes. Ele foi preso após a conclusão do inquérito que apontou que, um dia antes do corpo de Makelly ser encontrado, o mesmo teria sido visto em frente a uma boate no centro de Teresina, no momento em que a vítima entrou no carro do suspeito. As investigações sobre o veículo utilizado pelo acusado e os depoimentos de duas travestis sobre a descrição do veículo e do perfil da pessoa que teria supostamente apanhado Makelly na noite em que foi assassinada foram peças-chaves no caso.

Assim sendo, pouco mais de três anos depois, às 9h da manhã com a presença da juíza responsável pelo caso e seus assessores, o promotor de acusação, o defensor do réu (no caso um advogado constituído pelo mesmo) e o réu na tribuna iniciou-se o julgamento deste assassinato. No auditório, os possíveis jurados do caso, jornalistas da cidade, estudantes de direitos, representantes de organizações em defesa de pessoas LGBTQTT's.

Apesar do nome social (Makelly), o julgamento procedeu-se utilizando a maior parte do tempo, o nome civil da vítima, em especial nas referências realizadas pela juíza que também a denominava de “senhor”.

Nomes não devem ser esquecidos, escreve André Iteanu, em *Anthropology of Names and Naming* (2006, p. 59) ao analisar o sistema de nomes entre os Orokaiva da Papua Nova Guiné. Entre eles, o autor analisa que os nomes pouco têm a ver com características pessoais, ao contrário, permeiam uma vida social. O sistema de nomes dos Orokaiva apresenta uma estrutura morfológica que guia as relações das pessoas e grupos através do tempo, assim como sistemas de parentesco, casamento e sistema de títulos em outros lugares.

Iteanu aponta que os nomes entre os Orokaiva são classificados em diferentes categorias de acordo com o uso. Categorias de uso coletivo incluiriam os “big names”, *javo okose*, por exemplo. Tais nomes comportam nomes dados a pessoas ativamente envolvidas em fundação de vilas e rituais de iniciação ou com sucesso em trocas de objetos e guerras. As pessoas que partilham um *big name* não necessariamente moram em uma mesma vila e, essa partilha, não implica automaticamente uma transmissão biológica. Além do parentesco, a afinidade também estaria envolvida na transmissão de um big name.

Uma outra categoria é apresentada pelo autor nesse sistema de nomes. É o “nickname”, *javo isapa*, considerado um nome de menor categoria, de categoria mais privada. Refletem acontecimentos particulares das vidas individuais e são termos comuns. They are not transmitted, they may change several times in a lifetime, and they are not associated to a specific name group (Eles não são transmitidos, podem mudar várias vezes ao longo da vida,

e não estão associados a um nome de grupo específico, *tradução própria*) (ITEANU, 2006, p. 68).

Refletindo sobre a manipulação do nome civil x nome social no julgamento, temos que o nome civil de Makelly é como um *big name*, sendo seu nome social como o *nickname* do povo Orokaiva. O que quero dizer com isso é que, enquanto *big name*, o nome civil de Makelly é aquele que merece ser transmitido, é o que consta nos autos, é o que deve estar exposto na coletividade, ou seja, no grupo presente na audiência.

Já o seu nome social é visto como um *nickname*. É relegado a um âmbito particular, como apenas um episódio em sua vida e que não a constitui como pessoa. O seu *nickname* não é válido para a coletividade, não se insere nas estruturas de poder que julgam sua morte.

Durante a seleção dos componentes do júri, a promotoria não realizou qualquer objeção quanto às pessoas que estava sendo chamadas. Entretanto, o advogado de defesa recusou a maioria das mulheres sorteadas pela juíza. Ao final, o júri, que consta de sete pessoas, contou com a presença de apenas uma mulher.

Seguindo o protocolo específico, a primeira testemunha do caso foi convocada a prestar seu depoimento. Era uma travesti que também foi nomeada apenas pelo nome civil pela juíza, apesar de ter tido seu nome social citado logo após. Ao longo do seu depoimento, narrou suas vivências durante a noite em que Makelly foi assassinada.

A segunda testemunha também era travesti, mas apresentou-se para depor vestida com trajes masculinos. Da mesma forma que ocorreu com a primeira testemunha, a segunda a depor também foi nomeada, em especial pela juíza, apenas pelo nome civil, apesar de também ter seu nome social mencionado nos autos. Ao fim do seu depoimento e das perguntas interpeladas pela promotoria e advogado de defesa, a juíza dispensou-a dizendo: “O senhor está dispensando”.

O desvio entre a visão vulgar daquele que se vai tornar “justiciável”, quer dizer, num cliente, e a visão científica do perito, juiz, advogado, conselheiro jurídico, etc, nada tem de acidental; ele é constitutivo de uma relação de poder. (BOURDIEU, 2003, p. 226).

No centro do Direito brasileiro, submetido a uma atividade de desconstrução, encontramos a colônia, também implica reconhecer que nele está inserida, em primeiro lugar, a forma binária de saber e poder que é característica da colonialidade e, portanto, a forma binária de significar os sujeitos. A modernidade colonial é binária e, assim, hierarquizada. (MAGALHÃES, 2017, p.132)

Bourdieu entende que a ação jurídica está diretamente relacionada ao poder. A universalização, racionalização e neutralização no campo jurídico levam a um favorecimento de agentes sociais que conseguem deter um poder na sociedade, quer seja econômico, quer seja em capital simbólico. E, para que esse poder seja legitimado, é preciso que se mantenha desconhecido seu funcionamento, consagrando setores dominantes a partir da naturalização de práticas e regras.

É decisivo o papel do ritual no campo jurídico, sendo um definidor na separação social, consagrando uma ordem estabelecida, autorizando os agentes a representar a coletividade, desencorajando a transgressão da ordem (SANTOS, 2013, p. 98). Apesar do que se apresentava à juíza através dos corpos das testemunhas travestis, ou seja, posições outras que não homem e mulher, em nenhum momento, o ritual jurídico foi alterado no julgamento para considerar um tratamento condizente com a identidade de gênero apresentada por elas, desencorajando, de fato, qualquer *trans*-gressão.

Na sequência do julgamento, uma outra testemunha (a dona do carro em que a vítima entrou) foi ouvida através de um registro em vídeo, uma vez que a mesma faleceu ao longo do processo e participou apenas nas audiências de instrução, e mais uma outra, ouvida presencialmente. Dessa vez, um homem que relatou particulares da vida sexual do acusado ao descrever que o mesmo o convidava para que tivesse relações sexuais com a sua esposa enquanto o acusado filmava. Essas informações foram utilizadas para construir a tese da promotoria de que o acusado era homossexual; que por isso tinha relações com travestis para satisfazer uma homossexualidade enrustida. Somada a isso a promotoria acrescentou que acusado teria o perfil de uma pessoa psicopata, capaz de matar com sem remorso. Não houve durante essa arguição do promotor qualquer menção acerca de um cunho transfóbico ou homofóbico na motivação do crime.

A tese do advogado de defesa versou em desqualificar os depoimentos prestados e tentar provar que o seu cliente não utilizara do veículo apontado nas investigações, bem como, apontar da sua reputação como marido, profissional e militante de direitos.

Ao fim, o resultado apresentado pelo júri considerou o acusado culpado, entretanto foi absolvido. O julgamento encerrou por volta de 19h. No momento da sentença, Maria Laura não encontrava-se mais no auditório e fiquei responsável por comunicá-la do resultado. Nos dias subsequentes ao julgamento assisti entrevista do Promotor do Justiça dizendo que entraria com recurso para anulação da sentença e convocação de um novo julgamento pois considerava que algum júri poderia ter se equivocado na hora de responder aos quesitos

levantados pela juíza, determinando a incongruência no resultado final do julgamento. Entretanto, mais recentemente (março/2019), após a apelação do Ministério Público, foi noticiado que não houve alteração¹⁸.

Talvez esse resultado ambíguo também represente os embates inscritos nesse julgamento. Embates esses que dizem respeito ao campo jurídico, as violências aí constituídas e a movimentos de contra violências instituídos fora dele. Como aponta Magalhães (2017, p. 177):

Assentado sobre um fundamento místico, a lei – o Direito – apoia-se sobre si mesmo: é uma violência sem fundamento. Antes de qualquer legitimação que se pretenda construir tanto para seu conteúdo quanto para o procedimento por meio do qual ele é produzido, sustenta-se em um ato de crença e em uma crença em uma universalidade supostamente falante que concede legitimidade àqueles que deliberaram e assinaram a Constituição. Universalidade esta que tem por unidade mínima o duo “homem e mulher”, os gêneros reconhecidos pela matriz colonial. Essa força não existe apenas do ato de fundação, claro: existe também na violência de manutenção do direito, que resiste às contraviolências que pretendem alterar o conteúdo do direito (BENJAMIN, 2011, p. 155), como os movimentos por reconhecimento de direitos de minorias, por políticas de identidade e por ações afirmativas.

Lutar pelo reconhecimento do nome que abarca sua identidade é um movimento de contraviolência de travestis e transexuais. O nosso nome se encaixa na construção de quem somos e nos insere em relações com os outros.

Na cultura Orokaiva os nomes próprios não pertencem aos mortos. Names do not belong to the person, are not contiguous to his or her body, do not carry individual memories, and do not need to be mourned (ITEANU, p. 65) (Nomes não pertencem a pessoas, não são contíguos aos corpos deles ou delas, não carregam memórias individuais, e não precisam ser lamentados, *tradução própria*). Assim, quando alguém morre entre eles o nome pessoal não é mais usado como uma referência ao falecido. Apesar de não serem proibido, mas eles utilizam preferencialmente termos relacionados à filiação. *Nicknames*, entretanto, são. They cross crucial boundaries such as those between life and death (ITEANU, p. 69) (Eles cruzam fronteiras cruciais tais como essa entre a vida e a morte, *tradução própria*). Isso porque, ao contrário dos nomes pessoais, que são coletivos, os nicknames são particulares a uma vida individual.

¹⁸ <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/tj-mantem-absolvicao-de-jornalista-acusado-de-matar-makelly-castro-361738.html>

No caso de Makelly podemos divagar, quem sabe, que seu nome civil também seja como o nome próprio dos Orokaiva que não precise ser lamentado e que Makelly, sim, como um *nickname*, seja a referência capaz de cruzar as fronteiras de vida e morte da sua narrativa.

Essa discussão acerca do julgamento de Makelly tem a intenção de ser, metaforicamente, como o ato ilustrado no quadrinho abaixo de autoria de Neil Gaiman. Quando Wanda, uma personagem trans morre, sua amiga vai ao enterro na cidade pequena onde ela nasceu e de onde saiu muito cedo porque sua família não a aceitava. Após todos os rituais fúnebres, ela fica sozinha no túmulo e risca a lápide de batom, cobrindo o nome masculino pelo nome Wanda. Assim, materializando nesse texto o nome de Makelly buscamos o reconhecimento de seu nome através das fronteiras da vida e da morte.



Fonte: Gaiman, Neil. Sandman. Ed. Globo, 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta etnografia organizou-se na fragmentação de seus cenários a fim de tentar expressar ao máximo as experiências que se tornaram possíveis para mim ao longo da jornada do trabalho de campo. A ambiguidade que permeia o fato de se encontrar organização (no sentido de coalizão) ao compartimentar os cenários é o traço que me acompanhou ao debruçar-me nessa aventura. Por ambíguo denominamos algo que: 1) desperta dúvida ou incerteza; mas também algo em que 2) pode haver mais de um sentido¹⁹. Foi justamente essa multiplicidade de sentidos que adveio das experiências nesses cenários e que eu não quis abrir mão de registrar aqui de alguma forma.

Cada cenário, apesar de, aparentemente, apresentar-se como espaços distintos de campo de pesquisa, que permitem aprofundamentos que por si só dariam diferentes dissertações, carregam uma amálgama nas experiências travestis e transexuais com relação aos nomes (civil x social) em relação ao Estado.

No cenário um nos deparamos com travestis e transexuais que não só buscam acessar as políticas implementadas para a população LGBTTT como também se organizam, em conformidade com o Estado, para pensa-las e produzi-las. Através da organização em grupo, elas fomentam a sua luta e fortalecem-se umas as outras. A construção da representatividade aqui é um fator vital. No espaço do Centro de Referência LGBTTT as travestis e transexuais situam-se de maneira horizontal nas relações com outros grupos, ou seja, elas falam de igual pra igual, como ilustrado nos debates nas reuniões do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais onde interpelaram os convidados que mediarão seus encontros de maneira . Ali é o espaço de total empoderamento delas onde suas experiências estão em primeiro lugar, importam, onde elas falam por si. Isso ficou bem claro na experiência do encontro onde elas confrontaram a . Ao analisar posteriormente o episódio, percebi que, ao ser construído um espaço e canal de fala entre nós, e ao ser sugerido, inclusive a colaboração dela no planejamento da pesquisa, o fato de elas exporem suas contestações e desconfortos diretamente na ocasião , mais do que intimidar serviu mesmo para enxergar o poder ali constituído entre elas. Isso reafirma a importância do Centro de Referência LGBTTT e do Grupo de Convivência no fortalecimento das suas identidades políticas. Os corpos reunidos “dizem” não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio (BUTLER, 2018, p.24)

¹⁹ <https://dicionario.priberam.org/amb%C3%ADguo>

No cenário dois nós apresentamos o caso que representa uma parcela, uma grande parcela de travestis e transexuais. Aquelas que não existem para o Estado, que não acessam suas políticas, que habitam os espaços noturnos, aquelas que têm seus próprios truques para viverem em consonância consigo, como se identificam. Muitas vezes sem apoio da família “de sangue”, que, com frequência, é um núcleo onde vivem as primeiras violências de suas vidas (sobre seus corpos, sobre suas identidades, sobre seus nomes) constituem outras relações familiares entre elas mesmas em busca de afeto e proteção. Protegem-se e estranham-se entre si nas noites, nas ruas. Aqui a proteção do Estado não as alcança ou alcança muito pouco. Como indivíduos que subvertem a matriz da heteronorma e da cisgenderidade

O terceiro cenário mostra como, mesmo visibilizadas de alguma forma, a violência simbólica persiste até a morte de pessoas travestis e transexuais. Makelly tinha nome e através de seu nome existia Makelly. Após a sua morte, a justiça mata novamente Makelly, ao ignorar seu nome. Uma morte simbólica legitimada nas esferas de poder que não admitem a ruptura do binarismo de gênero e matam, simbolicamente, a diversidade de existências fora de uma gramática prescrita na polaridade dos sexos.

Talvez até acidentalmente, o que foi criado neste trabalho com a apresentação desses três cenários é o que Tyler (2010) denomina de etnografia pós-moderna. O autor aponta que uma etnografia pós-moderna “consiste de fragmentos de discursos cuja intenção é evocar, nas mentes do leitor e do escritor, uma fantasia de um mundo possível da realidade de senso comum, provocando, desta maneira, uma integração estética de efeito terapêutico” (TYLER, 2010, p.187). Continua Tyler,

Em uma palavra, é poesia – não em sua forma textual, mas em seu retorno ao contexto e função originais da poesia, a qual, por meio de seu rompimento performativo com a fala cotidiana, evocava lembranças do *ethos* da comunidade e, assim, incentivava os ouvintes a agir eticamente (cf. Jaeger, 1945, pp.3-76). A etnografia pós-moderna tenta recriar textualmente essa espiral de poesia e performance ritual.

Assim, não eleger um só cenário e permitir acessar e “poetizar” as várias experiências com as quais tive contato ao longo dessa jornada, teve o intuito aqui de evocar essas vidas e realidade, traçando um panorama mais próximo da realidade possível.

Diz Milton Nascimento em sua música “Maria, Maria” que Maria é um dom, uma certa magia, uma mulher que merece amar e viver como outra qualquer do planeta. Diz ainda que ser Maria é ser uma força que nos alerta; que Maria é um o som, é a cor, é o suor, é a dose mais forte e lenta de uma gente que ri quando deve chorar e que não vive, apenas aguenta. Por

fim, Milton acrescenta que, para ser Maria, é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre. E que quem traz no corpo a marca de ser Maria mistura dor e alegria.

A partir das discussões trazidas aqui sobre o nome, seu sentido, sua significação e o poder imbuído nele, acredito que a música de Milton sintetiza bem essas referências. E que, cada travesti e transexual tem um pouco de Maria, como descreve a canção. Se nomear Maria (e aqui eu relembro a história da escolha do nome de Maria Laura) como a música fala, diz também muito sobre as trajetórias de pessoas travestis e transexuais e suas performances na vida. Elas trazem a marca no corpo de suas dores e alegrias, de suas lutas, resistências, das violências sofridas e das conquistas alcançadas.

As Marias, travestis e transexuais, também merecem amar e serem amadas como qualquer outra pessoa do planeta. Ser Maria, como Maria Laura e muitas travestis e transexuais na militância, é representar esse povo que, muitas vezes, não vive, apenas aguenta e sobrevive. E é em nome de todas as Marias travestis e transexuais que esse trabalhou se dedicou a representar suas forças, suas dores, suas belezas, seus sofrimentos, como também seus risos e alegrias, enfim, suas humanidades que tantas vezes são solapadas na concretude de uma norma que não enxerga a diversidade contida no ser, no existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. O corpo na teoria antropológica. **Revista de Comunicação e Linguagens**, v. 33, p. 49-66, 2004.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; DE SOUZA, Magner Miranda; MOREIRA, Maria Ignez Costa. A arte de nomear: leituras (trans) gressoras de gênero a partir de uma obra dadaísta de Marcel Duchamp. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 6, p. 27-44, 2017.

AMARAL, T. C. do. **Travestis, transexuais e mercado de trabalho**: muito além da prostituição. Disponível em < <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Travestis-transexuais-e-mercado-de-trabalho-muito-al%C3%A9m-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>>

ANTOS, Dayana B. Carlin. **Cartografias da transexualidade**: A experiência e outras tramas. Curitiba 2010: Universidade Federal do Paraná, Trabalho de dissertação.

ARAÚJO, G. **(Re) encontrando o diálogo de bonecas**: o bajubá em uma perspectiva antropológica. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

BABBIE, E. A ética na pesquisa de survey. In: **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 447-464.

BARBOSA, B. C. **Nomes e Diferenças**: uma etnografia dos usos das categoria travesti e transexual. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos feministas**, p. 569-581, 2012.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan**, p. 46, 2014.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **Nome social para pessoas trans**: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, v. 4, n. 1 p. 165-182. 2014

- BENSON, S. Injurious names: naming, disavowal, and recuperation in contexts of slavery and emancipation. IN: **The Anthropology of Names and Naming**. Cambridge University Press, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista Socio. Polit.** Curitiba, n.26,pp. 83-92, 2006.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. **Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge. 1993.
- _____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. IN: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado – pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica, 1999.
- _____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARTA CARDOSO DE MEDEIROS, Cristina. Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Boudieu. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p.281-300, jan.2011.ISSN1982-8918. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/13430/12953>.
- CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J: **Pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 295-316.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. Capítulo I e II.
- COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015
- _____. Leandro. **Mais definições em trânsito: teoria queer**. UFBA, Brasil. Disponível em:< <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>> Acesso em, v. 21, 2016.
- CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 19-32.
- DAMATTA, Roberto. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico**, v. 99, p. 37-64, 2002.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEBERT, G. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral.** In: CARDOSO, R. (org). *A aventura antropológica.* Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986, pp.141-156.

DUMONT, L. Religion, Politics,

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luisa Carvalho da. **Etnografia: Saberes e Práticas.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Elogio (sociológico) à carne:** a partir da reedição do texto “As técnicas do corpo” de Marcel Mauss. Porto: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009 (working paper). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54873/2/ISWP362009000122949.pdf>

FONSECA, C. **Quando um caso não é um caso:** pesquisa etnográfica em educação. In: *Revista brasileira de educação jan./abr., 1999, n.º. 10.*

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.**

FRANCO, L. **Políticas pública no Brasil voltadas para o público LGBT:** reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%BAblicasBrasil%20%281%29.pdf>

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 64-89.

GEERTZ, C. **O saber local – novos ensaios em antropologia interpretativa.** 14.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GONTIJO, F. **Rei Momo e arco-íris:** carnaval e homossexualidade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.

GOLDENBERG, M. **O gênero das travestis:** corpo e sexualidade na cultura brasileira. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n4/15.pdf>

_____. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9 ed. Rio de Janeiro: DP&, 2004.

HALPERIN, David M. The normalization of queer theory. **Journal of homosexuality**, v. 45, n. 2-4, p. 339-343, 2003.

JACOBS, Sue-Ellen et al. Berdache: A brief review of the literature. **Colorado Anthropologist**, v. 1, n. 1, p. 25-40, 1968. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Desktop/20070205170933!Berdache-A_Brief_Review_of_the_Literature.pdf

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz: 2008.

LALANDA, P. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. *Análise Social*, vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), p. 871-883. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf>

LAMBEK, M. What's in a Name? Name bestowal and the identity of spirits in Mayotte and Northwest Madagascar. IN: **The Anthropolgy of Names and Naming**. Cambridge University Press, 2006.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo**. Petropolis, RJ: Vozes, 2016.

LEACH, E. R. **Aspectos antropológicos da linguagem**: categorias animais e insulto verbal. In: DAMATTA, Roberto. *Edmund Leach: Antropologia*. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **Once a knight is quite enough**: como nasce um cavaleiro britânico. *Mana*. vol.6 n.1. Rio de Janeiro. Apr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0104-93132000000100002

_____. **Repensando a antropologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **Sistemas políticos da alta Birmânia**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi et al. São Paulo: EDUSP, 1996.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades**: políticas de subjetivação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica, 2017.

LOURO, Guacira Lopes(org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LUGARINHO, Mario Cesar. Antropofagia crítica: para uma teoria queer crítica em português. **Revista Olhar**, v. 12, p. 106-12, 2010.

MARTINS, Valéria Cristina de Paula. **A nomenclatura do mal**: Antropologia, Literatura e os limites da linguagem. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2029/valeria%20cristina%20de%20paula%20martins.pdf . Acessado em:

MALUF, Sônia Weidner. **Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas**. Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 9, n. 9, p. 87-101, 2001.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1935]:399-422.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTI, GEWANDSZNAJ, F. Revisão de bibliografia. In: **O método nas ciências naturais e sociais. Pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo; Pioneira Thomson, Learning, 2004, PP. 177-188.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1979.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad: Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1999. - (Tópicos)

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Pierre Boudieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas. **Ciência e Saúde coletiva**, 11(2):515-526, 2006.

MONTENEGRO, Maria Aparecida de Paiva. Linguagem e conhecimento no Crátilo de Platão. **Kriterion: Revista de filosofia**, v. 48, n. 116, p. 367-377, 2007.

NOLETO, Rafael da Silva. **Edmund Ronald Leach e a dimensão do desequilíbrio**. Ponto Urbe, 11 | 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/pontourbe-165.pdf.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O mal-estar da ética na antropologia prática**. In: VÍCTORA, Ceres et alii. *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 21-32).

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Brasília, 1992. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie130empdf.pdf>

_____. **De que serve um documento?**. In: *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Palmeiras, Moacir , Barreira, Cesar (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006

_____. **Etnografia não é método**. *Horizontes antropológicos*. [online]. 2014, vol. 20, n. 42, pp.377-391.

_____. **Identifique-se!** O caso Henry Gates *versus* James Crowley como exercício antropológico. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, vol. 26, n° 77. 2011

_____. **O paradoxo dos documentos de identidade**: relato de uma experiência nos Estados Unidos. *Horizontes Antropológicos*, 32:53-80. 2009

_____. **Sem lenço, sem documento**: reflexões sobre cidadania no Brasil. *Sociedade e Estado*, 1 (1): 49-64.1986.

PEREIRA, P. P. Gomes. **Teoria queer e a Reinvenção do Corpo**. Cadernos pagu, 2006.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

_____. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Queer decolonial**: quando as teorias viajam. Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 2, p. 411, 2015.

_____, Pedro Paulo Gomes. **Queer nos trópicos**. Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 2, n. 2, p. 371, 2012.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O Negócio do Michê**: A prostituição viril em São Paulo. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PINHEIRO, Tarcisio Dunga; SILVA, Marcos Mariana da. **Queer pra quem?:** Sobre as possibilidades de descolonização e antropofogização da teoria queer. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Artigo-Tarcisio-Dunga-Pinheiro.pdf>

PLATÃO. Teeteto - Crátilo. trad. Carlos Alberto Nunes. 3.ed.rev. Belém: EDUFPA, 2001.

PRECIADO, Beatriz, **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

ROCHA, Gilmar. **Paisagens corporais na cultura brasileira**. Revista de Ciências Sociais, v. 43, n. 1, 2012.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu**. Nacional, nº32, maio de 1979.

SAMARA, E. de Mesquita. **Gênero em Debate**: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. Org. Maria Izilda S. Matos, Maria Angélica Soler. – São Paulo: EDUC, 1997.

SILVA, H. R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TYLER, S. A. A etnografia pós-moderna: do documento do oculto ao oculto do documento. IN: CLIFFORD, J. & MARCUS, G. E. (Org.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

VALE, Alexandre Fleming C. **O voo da beleza: experiência trans e migração**. Fortaleza: RDS, 2012.

VELHO, Gilberto. **Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas**. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 59, 2009, pp.11-18.

_____. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. IN: **Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

_____. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VIJALES, Fabrício. **Entre migalhas & direitos: um estudo crítico do uso do nome social, da retificação do nome no registro civil por travestis e transexuais e suas fragilidades**. 1.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é**. Povos indígenas do Brasil, p. 41-49, 2006.

VOM BRUCK, G.; BONDENORN, B. **The Anthropolgy of Names and Naming**. Cambridge University Press, 2006.

WACQUANT, Loic. Esclarecer a noção de habitus. **Educação&Linguagem**.v.10, n.16, 2007.

WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. In: **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à margem, 2002, PP. 121-168

ZAMBRANO, E. **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. In. (org): Maria Betânia Ávila, Ana Paula Portela e Verônica Ferreira- Rio de Janeiro: Garamond, 2005.